

TIMOR-LESTE

OPORTUNIDADES E POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

ELABORADO POR
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS



INTERNACIONALIZAÇÃO
DAS
ECONOMIAS

LISBOA
3 E 4 JUNHO
2014



**Caixa Geral
de Depósitos**



Nota introdutória

1. Caracterização do País

1.1 Estrutura produtiva	7
1.2 PIB não petrolífero por setor de atividade	9
1.3 Enquadramento macroeconómico	12
1.4 Comércio internacional	15
1.5 Relações internacionais e regionais	17

2. Apostas de Desenvolvimento de Timor-Leste

2.1 O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030	19
2.2 Petróleo e Fundo Petrolífero	22
2.3 Programas de Desenvolvimento Económico e Social	25
2.4 Programas locais de desenvolvimento	26
2.5 Recursos humanos	27
2.6 Outras áreas	30

3. Internacionalização de Timor-Leste

3.1 Ambiente de investimento	31
3.2 Condições legais para a internacionalização	34
3.3 Promoção do turismo	38

4. Relações bilaterais com Portugal

4.1 Relações comerciais e de investimento	43
4.2 Acordos bilaterais e de cooperação	47
4.3 Presença da CGD em Timor-Leste	47
4.4 Oportunidades de desenvolvimento de negócio	49

Conclusões

Contactos

Bibliografia





NOTA INTRODUTÓRIA

O desenvolvimento de Timor-Leste (Timor Lorosae) é um desígnio dos timorenses, plenamente apoiado pelos povos e instituições que manifestaram um enorme apreço pela resiliência do seu povo, na luta pela independência.

Timor-Leste é um destino de interesse para investidores de diferentes origens, com oportunidades de negócio associadas à reconstrução do país, próximo de mercados de grande dimensão, como é o caso de Singapura, Malásia, Tailândia, Indonésia e Austrália.

O presente estudo foi elaborado por ocasião da Conferência “Internacionalização das Economias” realizada em Lisboa, da iniciativa do governo português, com a presença de representantes dos governos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, SãoTomé e Príncipe e Timor-Leste. Pretende-se apoiar a divulgação de Timor-Leste junto dos investidores e outras entidades interessadas em estabelecer relações bilaterais, mutuamente vantajosas, que dinamizem a atividade da economia timorense e permitam usufruir das belezas naturais do país.

Ao longo de quatro capítulos são apresentados dados considerados relevantes sobre Timor-Leste, um dos países mais jovens do mundo, que tem em marcha um plano vasto de desenvolvimento de infraestruturas – construção de estradas, pontes, habitação, barragens, aeroportos, portos, telecomunicações, entre outras – a par de investimentos na saúde, educação e turismo, financiados em parte por transferências do Fundo Petrolífero de Timor-Leste.

A Caixa Geral de Depósitos celebrou, em 2012, o centenário da presença do Grupo em Timor-Leste, através da Sucursal BNU-Timor, e assume-se como uma referência no setor financeiro do país, pelos serviços prestados aos seus clientes e pelas relações institucionais e construtivas que mantém com todos os parceiros no apoio ao desenvolvimento da economia e das condições de vida da população.



**Timor-Leste em números**

Designação oficial	República Democrática de Timor-Leste
Regime político	República Parlamentar
Área:	14 954 km ²
População (Censo 2010)	1.066.409 (40% entre 0-14 anos)
Densidade populacional (2010)	71 hab/km ²
População urbana (Censo 2010)	316.086
Organização administrativa	Distrito, subdistrito, suco, aldeia
Principais distritos (Censo 2010)	Díli (234 mil habitantes, 22% da população total de Timor-Leste), Ermera (117 mil habitantes) e Baucau (112 mil habitantes)
Língua	Tétum e português (oficiais); inglês e bahasa (de negócios)
Dialetos	Mambae, makasai e outros
Moeda	Dólar dos EUA (USD)
Religião	Cristã (de maioria católica) e outras
Clima	Tropical húmido
Índice de Desenvolvimento Humano (2013)	134 (em 187 países)
População que vive com menos de USD 1,25 por dia (% total, 2012)	37
Taxa de crescimento da população (% , 2012)	2,7
Rácio emprego/população, adultos maiores de 15 anos (% , 2012)	68
Esperança de vida à nascença (2012)	61,6 anos
Taxa de mortalidade infantil (2012)	46 (por mil nados vivos)
Taxa de analfabetismo (% pop. com idade >=15 anos)	41,7
PIB total (preços correntes, 2012)	6.312 milhões de dólares
PIB não-petrolífero (preços correntes, 2012)	1.355 milhões de dólares
PIB não-petrolífero <i>per capita</i> (preços correntes, 2012)	1.175 dólares
Taxa de inflação (% , média anual, 2012)	13,1
Volume de exportações (2012)	33 milhões de dólares
Volume de importações (2012)	762 milhões de dólares

Fonte: Direção Nacional de Estatística, 2013; ONU, 2013; FMI, 2013 e 2014.





1. CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS

Timor-Leste situa-se no sudeste asiático e é constituído pela metade oriental da ilha de Timor, a ilha de Ataúro, a ilha de Jaco, no extremo leste, e o enclave de Oecussi, na costa norte da parte indonésia da ilha de Timor.

O país tem 14.954 km² de superfície, repartida pela parte leste da ilha de Timor, a região de Oecussi e as ilhas de Ataúro e Jaco. O arquipélago é banhado a sul pelo mar de Timor, que separa o país da Austrália, a noroeste pelo mar de Savu e a Norte pelo Mar de Wetar.

O clima de Timor-Leste é tropical húmido com duas estações: a das chuvas, mais quente, de outubro a abril, e a estação seca, no restante período do ano, embora com variações regionais na sua duração. As temperaturas oscilam entre 24 e 32 graus centígrados e a temperatura média anual em Díli é de 29 graus centígrados. O relevo do terreno é extremamente acentuado, com montanhas na parte central que se estendem de este a oeste e descem até à costa norte, sul e ponta leste do país. O ponto mais alto é na montanha de Ramelau com 2.960 metros de altitude. As principais cidades são: Díli (capital), Baucau, Maliana e Ermera. As atividades socioeconómicas estão concentradas nas planícies dos corredores norte e sul da ilha, onde se localizam a maior parte dos centros urbanos.



Mapa – Timor

A área florestal de Timor-Leste ronda 50% do território, com cerca de 745 mil hectares. O território é propício à plantação de espécies de valor comercial, como por exemplo o bambu, a teca, o pau-rosa e o sândalo.

A fauna agrega espécies autóctones, com destaque para as 25 espécies endémicas de aves que vivem no *Parque Nacional Nino Konis Santana*, com realce para a cacatua-sulfúrea, o pombo-verde-de-timor, o pombo-imperial-de-timor e o pardal-de-timor. O laco, o macaco, a meda, a cobra verde, a jiboia





e o toqué, são outras espécies relevantes. Nas ribeiras proliferam camarões e enguias. Nas zonas lacustres e em algumas praias vivem crocodilos, a que a população atribui um grande valor cultural.

O mar de Timor é rico em algumas espécies de peixe de elevado valor económico, designadamente o atum. Os recifes de coral da costa norte e leste constituem um recurso relevante para o setor do turismo. O território justifica ainda o interesse científico, com possibilidade de descoberta de novas espécies¹.

Estrutura Demográfica

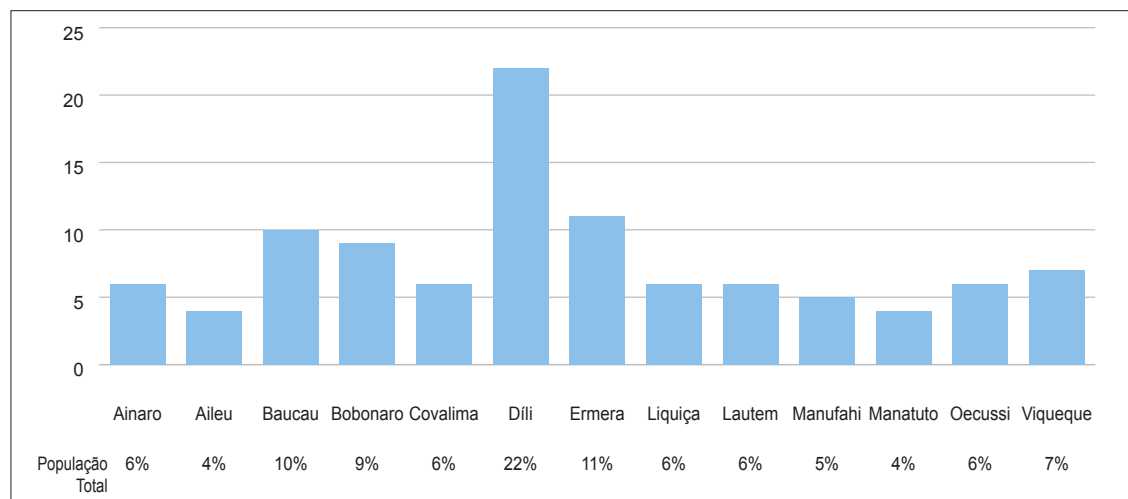
A população timorense é constituída por diversos grupos etnolinguísticos, descendentes de portugueses, indonésios e outros, que se misturaram no território ao longo dos séculos. As línguas oficiais do país são o tétum e o português; o inglês e o bahasa indonésio são utilizados nos negócios. Existem ainda vários dialetos falados pela população no seu quotidiano.

De acordo com o Censo 2010, os 1.066.409 habitantes do país repartem-se por 51% de homens e 49% de mulheres. Cerca de 40 % dos habitantes têm menos de 14 anos e somente 8% têm mais de 60 anos.

Nas zonas rurais vivem 70% dos timorenses e as zonas urbanas absorvem o remanescente. No distrito de Díli vivem 22% dos habitantes do país, seguindo-se os distritos de Ermera e Baucau, respetivamente com 11% e 10% da população, conforme indicado no gráfico seguinte.

População por Distrito

(%)



Fonte: Direção Nacional de Estatística, Governo de Timor-Leste, Censo 2010.

Dados oficiais relativos a 2012 indicam que a taxa de crescimento da população é de 2,7%, a esperança de vida à nascença é de 61,6 anos e 69,4% da população total tem até 29 anos².

Organização Administrativa

Em termos administrativos o território está dividido em 13 distritos: Bobonaro, Liquiça, Díli, Baucau, Manatuto e Lautém, na costa norte; Cova-Lima, Ainaro, Manufahi e Viqueque, na costa sul; Ermera e Aileu, situados no interior montanhoso; e Oecussi, um enclave no território indonésio.

1 Ver <http://www.publico.pt/ciencia/noticia/nova-especie-de-peixe-descoberta-em-timorleste-1616176> (revistas National Geographic e Zootaxa).

2 Ver Timor-Leste em números 2012, Direção Nacional de Estatística Timor-Leste, em www.dne.mof.gov.tl.





Cada distrito divide-se em subdistritos e estes em sucus. Os 13 distritos atuais de Timor-Leste têm limites semelhantes aos antigos concelhos da administração portuguesa e dividem-se em 67 subdistritos, repartidos por 498 sucus, cada um composto por uma ou mais aldeias.

Os subdistritos mais populosos localizam-se no distrito de Díli, com sucus de menores dimensões, semelhantes a bairros e com áreas variáveis.

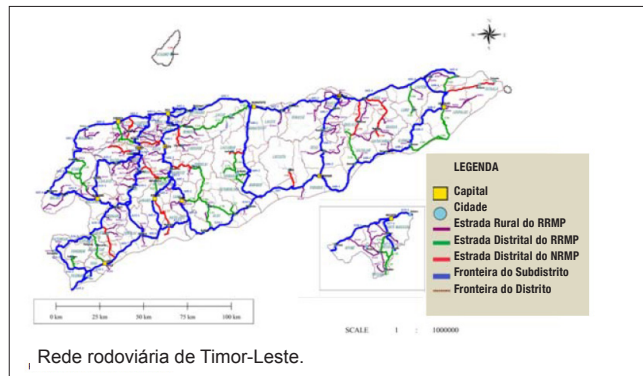
Infraestruturas

De acordo com o levantamento efetuado pelas autoridades nacionais para a execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, Timor-Leste tem 1.426 km de *estradas nacionais*, 869 km de estradas distritais e 3.025 km de vias rurais nas áreas do campo onde vive três quartos da população.

A rede rodoviária nacional é composta por duas estradas ao longo da costa norte e sul e cinco estradas que atravessam o país e se cruzam com as duas vias costeiras.

Cerca de 90% das estradas nacionais e distritais estão em más condições mas o Governo tem um plano ambicioso de melhoria destas infraestruturas, com o apoio financeiro do Banco Mundial, do Banco Asiático de Desenvolvimento e da cooperação japonesa.

O relevo acidentado e a pluviosidade dificultam a manutenção das vias no interior da ilha. A largura média do pavimento das estradas nacionais e regionais é de 4,5 metros, um limiar estreito para os padrões internacionais, sem bermas e com drenagem fraca. A condição das estradas rurais é precária e somente um terço tem condições razoáveis. Os deslizamentos de terra e as inundações tornam muitas estradas e pontes intransitáveis e partes da ilha ficam regularmente isoladas na época das chuvas. A rede rodoviária inclui 456 pontes, muitas das quais em mau estado.



Segundo as estatísticas oficiais (2012), 63% da população urbana e 71% da população rural têm acesso a água potável. As nascentes são a principal fonte de água na zona rural leste e a segunda nas zonas rurais central e oeste. Para mais de um terço das famílias timorenses, o acesso a água dista dez ou mais minutos da habitação. Na época seca a escassez de água é comum em muitas áreas.

O *saneamento básico* em rede abrange 20% dos habitantes. Cerca de 39% dos residentes que não têm ligação à rede de saneamento, têm acesso a instalações sanitárias de outro tipo. Há problemas de drenagem de águas pluviais e poluídas na capital e nos centros distritais, com riscos para a saúde pública durante as inundações.

O acesso a *eletricidade* tem melhorado significativamente nos últimos anos. Recentemente foram construídas centrais elétricas em Hera, na costa norte, e Betano, na costa sul, e foi criada uma rede de distribuição extensa, que vai permitir dar acesso a eletricidade 24 h/dia a grande parte dos habitantes. A Eletricidade de Timor-Leste é a agência nacional de eletricidade e o financiamento do setor é afetado por dificuldade de cobrança das faturas de energia.



Eletrificação em Timor

Díli é o único *porto internacional* do país para as trocas comerciais. Há serviços regulares





de transporte direto para Darwin, na Austrália, Kota Kinabalu, na Malásia, Surabaya, na Indonésia, e Singapura. O serviço de *ferry* opera entre Díli e Oecussi e entre a capital e ilha de Ataúro.

O volume de carga do porto de Díli ronda as 200 mil toneladas por ano, tendo registado um aumento médio de 20% ao ano no fluxo de contentores, no período 2004 a 2010.

As *instalações portuárias* em Hera, Tibar, Oecussi, Kairabela, Ataúro e Com têm condições precárias de conservação. Não há instalações para atracagem de pequenos navios na costa sul e a circulação de pessoas e bens é feita por transporte rodoviário.

Em 2002, por concurso internacional, foi atribuída a concessão das *telecomunicações* do país ao operador Timor Telecom. Recentemente foram concedidas licenças a duas operadoras – a Telkomcel (Indonésia) e a Telemor (Vietname) – e assiste-se a um grande desenvolvimento das telecomunicações. No final de 2012 havia 11,7 mil assinantes de linha fixa e cerca de 688 mil telemóveis. Atualmente grande parte do território tem cobertura por uma rede de telecomunicações que pode manter contactáveis as populações e potenciar o desenvolvimento de negócios. No futuro próximo o acesso à fibra ótica pode vir a ser garantido através de um cabo submarino de fibra ótica que venha a ser instalado entre Timor-Leste e Darwin.

1.1 Estrutura produtiva

A economia timorense assenta sobretudo na agricultura e no petróleo. No futuro próximo perspectiva-se o desenvolvimento do turismo.

Três quartos dos habitantes residem nas áreas rurais e dependem de algum tipo de atividade agrícola para a sua sobrevivência. O desenvolvimento rural, baseado na agricultura e nas atividades agro-alimentares, pode reduzir a pobreza dos residentes e melhorar a segurança alimentar do país.

A exploração do petróleo é outro eixo fundamental, determinante para financiar o desenvolvimento da economia timorense.

Agricultura e pescas

A agricultura é de subsistência, os níveis de produção e produtividade são baixos, e muitos agricultores não possuem qualificações para o desenvolvimento de uma atividade empresarial. Cerca de 63% das famílias estão envolvidas na agricultura, com destaque para a produção de milho, arroz, mandioca e vegetais. O arroz é um produto alimentar básico, produzido nos distritos de Viqueque, Baucau, Bobonaro e Manatuto. A produção local não é suficiente e o governo subsidia o preço de parte do arroz importado da Tailândia, do Vietname e da Indonésia.

O café constitui 80% das exportações não petrolíferas, num volume anual de 12,5 mil toneladas, e estima-se que cerca de 50 mil famílias dependam desta cultura para o seu sustento. As principais áreas de produção são Aileu, Ainaro, Bobonaro, Ermera, Liquiçá e Manufahi, sendo metade da produção proveniente de Ermera. O país exporta menos de 0,2% da oferta mundial de café e tem a vantagem competitiva de ser o maior produtor de café orgânico do mundo. O “híbrido de Timor” – um enxerto natural das variedades Robusta e Arábica com elevada resistência a muitas variedades de ferrugem do cafeeiro – é um café orgânico de qualidade reconhecido no mercado internacional. Há outras colheitas



Baucau - arrozais





de nicho que podem ser desenvolvidas no país: cacau, noz-moscada, côco, pimenta-preta, cajú, avelãs, gengibre e o cravo-da-índia.

Para as populações mais pobres, a floresta é fonte de alimento, combustível, forragem, medicamentos e material de construção. O bambu é muito abundante e inclui o *Dendrocalamus asper* (*au-betun*) gigante e o *Bambusa lako* (*au-metan*, *Timor Black*). O bambu é usado para vários fins: cestos e tecelagem, habitações e canais de irrigação. Plantado estrategicamente pode deter a erosão dos solos e a degradação das terras, demora quatro a cinco anos a atingir a maturidade e pode ser colhido anualmente durante cerca de 30 a 40 anos.

A posse de terras é fundamental para o desenvolvimento da agricultura e do setor privado, em especial das colheitas de rendimento, como o café, que precisam atrair investimento.

As terras estão sujeitas a regimes diversos. Alguns terrenos agrícolas têm práticas consuetudinárias. Os terrenos urbanos necessitam de divisão em zonas e direitos de propriedade claros, o que não foi possível fazer ainda por não ter sido aprovada a lei das terras. Os terrenos do governo podem ser utilizados para investimento público e privado e alugados em concessão. A falta da lei das terras impede que estas sejam dadas como garantia, designadamente para obtenção de crédito, o que limita a capacidade de investimento dos agricultores em benfeitorias.

O território tem uma linha costeira com cerca de 783 km e uma Zona Económica Exclusiva com 72.000 km². Há potencial para a pesca nos lagos das aldeias, nas áreas mais montanhosas dos distritos de Aileu, Manufahi, Ermera, Liquiçá, Ainaro e Viqueque. Apesar do país possuir recursos marítimos ricos, a contribuição do setor das pescas para a produção e rendimento nacional é reduzida porque a maior parte da atividade é tradicional, feita em pequenos barcos junto da costa.

Petróleo e outros recursos naturais

O território timorense tem um potencial apreciável de recursos naturais, como o ouro, cobre, manganês, prata e crómio. Entre os minerais não metálicos encontram-se os calcários, o mármore e o fósforo³.

O petróleo e o gás natural são os recursos naturais, em exploração, com o valor económico mais significativo.

Timor-Leste é considerado a segunda economia mais dependente do petróleo, a nível mundial, com reservas conhecidas limitadas. O país tem desenvolvido esforços para diversificar a economia e as fontes de receita, elevar a qualidade dos serviços de saúde e educação e formar os seus recursos humanos. O desenvolvimento destas temáticas é feito em **2. Apostas de Desenvolvimento de Timor-Leste**.

Turismo

A beleza natural, a história e o património cultural são recursos potenciais para o desenvolvimento do turismo. As atividades culturais dos timorenses têm traços orientais combinados com aspetos da cultura portuguesa, numa simbiose única entre os países da região.

A estrutura social comunitária de Timor-Leste tem por base a família. Cada membro do casal vem de diferentes Casas de Tradição ou *Uma Lisan*, cada qual com heranças culturais diferenciadas. Por outro lado, há uma ligação forte entre indivíduos, comunidades, ambiente, história e tradições culturais e, à semelhança de outras culturas na região, os habitantes partilham um conjunto de crenças e valores relacionados com a pertença a um determinado local e *Uma Lulik* (casa sagrada).

³ Vong, M., Valle, P. O., Silva, J. A. (2014). *Turismo em Timor-Leste: Presente e Futuro*, in Turismo nos Países Lusófonos: Conhecimento, Estratégia e Territórios, Voll, Escolar Editora.





Uma Lulik

Desde a independência, em 2002, foi feito um esforço para preservar o património cultural com a reabilitação e construção de algumas infraestruturas emblemáticas: a *Uma Fukun* (Parlamento Nacional) em Díli e as casas sagradas nos distritos de Lautém, Oecussi, Bobonaro e Ainaro.

A escassez de infraestruturas – abastecimento de água e saneamento, energia, telecomunicações e transportes terrestres, aéreos e marítimos – têm sido fortes obstáculos ao desenvolvimento do turismo.

Timor-Leste localiza-se num dos 34 pontos de interesse de biodiversidade do mundo, onde pelo menos 0,5% da flora só existe nessa região, e tem merecido um esforço conservação. As praias de areia branca e águas tropicais, ricas em vida marinha, a par da natureza selvagem das cordilheiras montanhosas, são atrativos para o turismo de natureza.

As estatísticas oficiais timorenses indicam que, em 2011, havia 18 hotéis em todo o país, com uma oferta total de 869 quartos, 128 unidades de restauração e 10 agências de viagens. Sobre as potencialidades de desenvolvimento do turismo em Timor-Leste ver **3.3 – Promoção do turismo**.

1.2 PIB não petrolífero por setor de atividade

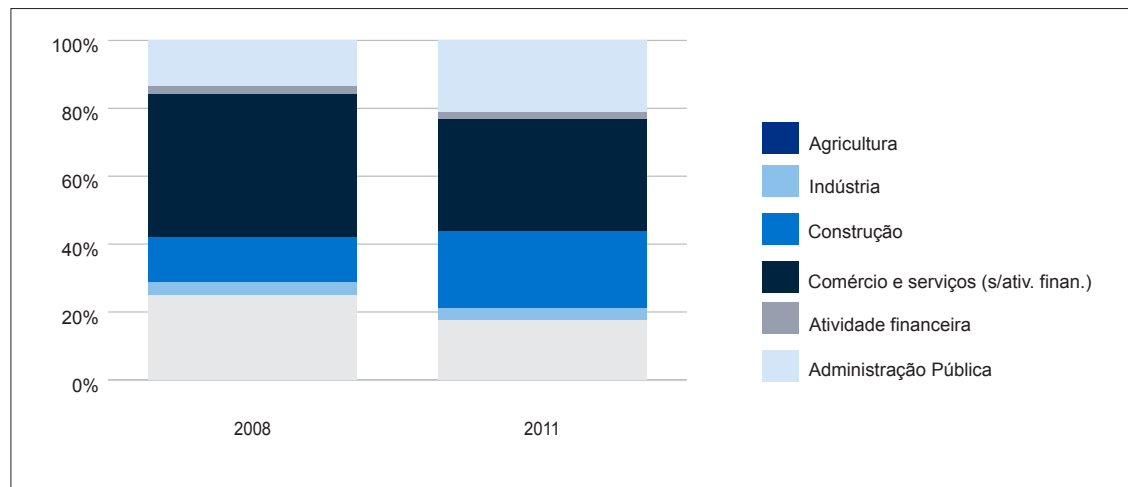
Tradicionalmente a agricultura ocupa três quartos dos timorenses e, em 2011, contribuía com 17,5% para o Produto Interno Bruto (PIB) não petrolífero. Os serviços assumiam o papel dominante, com 33,1%, seguidos pelo setor da Construção (22,5%) e da Administração Pública (21,2%).

Em termos de evolução, entre 2008 e 2011, salienta-se o decréscimo do peso da agricultura no PIB, de 24,9% para 17,5%.





Produto Interno Bruto não petrolífero: contribuição por setor de atividade (%)



Fonte: Banco de Portugal, 2013.

O peso da construção no PIB quase duplicou no período considerado, de 13,1% para 21,2%, devido ao elevado volume de obras públicas. Por outro lado, em resultado do alargamento da estrutura da Administração Pública, este setor aumentou o seu peso no PIB de 13,6% para 21,2%.

A atividade financeira tem um peso reduzido na economia na ordem dos 2% do PIB.

Setor Financeiro

Em 24 de janeiro de 2000 a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET) adotou o dólar dos Estados Unidos como moeda oficial. Em dezembro do mesmo ano concedeu uma licença bancária ao BNU em Timor (posteriormente integrado na CGD), na sequência do restabelecimento da atividade do banco como entidade pagadora aos pensionistas locais, desde outubro 1999, e tendo em conta a sua notoriedade histórica no território⁴.

Em 2001 estabeleceram-se no território dois bancos comerciais: o *Australia and New Zealand Bank*, com sede na Austrália, e o *Mandiri Bank*, sediado na Indonésia, ambos com presença apenas em Díli. Em 2002 foi autorizada a instalação da “Instituição de Micro-Finanças de Timor-Leste”, um “quase-banco” designado atualmente por Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL). Esta instituição foi constituída pelo governo, com o apoio financeiro dos doadores e o patrocínio do *ADB-Asia Development Bank*, especializada no microcrédito a pequenos negócios locais.

O setor financeiro conta também com duas entidades de Microcrédito – Tuba Rai Metin e Moris Rasik – ambas com uma licença de “Outras Instituições de Captação de Depósitos” (OICD), presentes em Díli e nas zonas rurais, vocacionadas para o crédito a micro-empresas. Existem 25 cooperativas financeiras cujo financiamento é assegurado por associados que podem aceder a crédito. Nas cooperativas financeiras, tal como nas OICD, o crédito é concedido normalmente sem colateral havendo no entanto uma forte pressão entre pares para evitar o incumprimento. Estas instituições representam uma quota de mercado pequena do crédito concedido. Estão presentes no país nove operadoras de transferências internacionais. O setor financeiro engloba ainda o setor segurador, representado por duas instituições subsidiárias de empresas estrangeiras.

⁴ Timor-Leste aceitou as obrigações decorrentes do Artigo VIII, Seções 2 (a), 3 e 4 e mantém um sistema de troca livre de restrições nos pagamentos e transferências associadas às transações correntes internacionais. O arranjo estabelecido em 2000 pela UNTAET foi mantido após a independência de Timor-Leste, em 20 de maio de 2002. Atualmente, as operações de câmbio são efetuadas pelos bancos comerciais na base das taxas cotadas nos mercados internacionais, embora não exista um mercado cambial interbancário. Ver *Democratic Republic of Timor-Leste, IMF Country Report no13/338, December 2013*.





O Banco Central de Timor-Leste é a autoridade de supervisão do sistema financeiro, criado em 13 de setembro de 2011, em substituição da Autoridade Bancária e de Pagamentos e do Gabinete Central de Pagamentos.

A cobertura bancária do território é assegurada pela CGD e filiais do BNCT, conforme quadro seguinte, abrangendo 10 dos 13 distritos de Timor-Leste.

Distribuição geográfica de Agências

Distrito	CGD	BNCTL	ANZ	Mandiri
Aileu		Aileu		
Ainaro		Ainaro		
Baucau	Baucau	Baucau		
Bobonaro	Maliana (*)	Maliana		
Cova Lima	Suai	Suai		
Dili	Sede, Acait, Timor Plaza (*)	Sede e mais 1 agência	Sede	Sede
Ermera	Gleno	Gleno		
Lautém	Lospalos	Lospalos		
Liquiça	Liquiça			
Manatuto	Manatuto			
Manufahi		Same		
Oecusse	Oecusse	Oecusse		
Viqueque	Viqueque	Viqueque		

(*) postos de atendimento em Batugadé (Bobonaro) e Alfândega (Dili)

Fonte: BCTL, setembro 2013.

A Caixa Geral de Depósitos, através da Sucursal BNU-Timor, detém uma quota de mercado de 30% dos ativos totais, 56% do crédito e 27% dos depósitos.

Indicadores do Setor Bancário

(milhares de dólares)

Indicadores	CGD	BNCTL	ANZ	Mandiri	Total do Setor
Ativos totais	155 211	38 785	128 635	190 678	513 309
Crédito total	97 098	20 977	44 311	11 187	173 873
Depósitos totais	106 715	23 108	121 386	147 927	399 136

Fonte: BCTL, setembro 2013.

Acerca da presença do Grupo CGD em Timor ao longo do último século, ver **4.3 Presença da CGD em Timor-Leste**.

As notas de dólar americano em circulação constituem a maioria dos meios de pagamento utilizados e o seu valor global não é conhecido porque, por vezes, os fluxos de saídas de numerário para o exterior são bastante expressivos. Há excesso de liquidez na economia que os bancos captam e colocam, em regra, no exterior.

O setor financeiro tem dimensão reduzida, com baixas taxas de penetração e acesso limitado do setor privado ao financiamento.

A dificuldade de colocar crédito advém da debilidade da estrutura produtiva, das dificuldades associadas à informalidade de parte substancial da atividade económica. Os riscos na concessão de crédito são grandes, contribuindo para o aumento do *spread* que se adiciona à taxa de juro indexante que, em





regra, é a *Libor*. Além disso, a ausência do registo de propriedade impede a utilização destes ativos como colaterais na concessão de empréstimos.

O registo de elementos contabilísticos das empresas ainda não é obrigatório e apenas as grandes empresas internacionais reportam as contas auditadas.

1.3 Enquadramento macroeconómico

Na década pós-independência, Timor-Leste tem-se transformado num país estável, com bases de boa governação. O território dispõe de recursos naturais para sustentar a estratégia de desenvolvimento prevista para as próximas décadas, designadamente, as receitas da exploração de petróleo e gás, a localização geográfica, o ambiente natural intacto e uma população jovem.

Os ganhos de exploração da indústria de petróleo e gás natural triplicaram o Rendimento Nacional Bruto (RNB) entre 2004 e 2010, ou seja, verificou-se um crescimento de 24% ao ano, enquanto o PIB não petrolífero aumentou 1,5 vezes no mesmo período. O RNB timorense de 2.560 dólares *per capita* equivale ao de um país de rendimento médio-superior, enquanto o PIB não petrolífero não ultrapassa os 610 dólares *per capita* que correspondem a um país de rendimento baixo. Esta discrepância deve-se ao facto de somente um quarto da receita anual petrolífera ser investido na economia, sendo o restante aplicado no Fundo Petrolífero⁵.

As autoridades timorenses têm o objetivo de desenvolver o país para que venha a fazer parte do grupo de países de rendimento médio-superior, próximo dos seus vizinhos – Indonésia, Malásia e Tailândia. Para alcançar esse estatuto de país de rendimento médio-superior, as autoridades nacionais aprovaram o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2010-2030 (PED), bem aceite pelas instituições financeiras internacionais e parceiros de desenvolvimento. A visão económica subjacente a este Plano perspetiva a erradicação da pobreza extrema, a melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde e educação, e o estabelecimento de uma economia não petrolífera sustentável.

Principais indicadores

As receitas decorrentes da exploração de petróleo e gás natural, iniciada em 2004, constituem a riqueza dominante da economia timorense⁶. Excluindo as receitas destas riquezas naturais, a média de crescimento económico, entre 2002 e 2010, foi de 5,6%, com um desempenho irregular da economia que inclui um decréscimo de 3,2% em 2006, em consequência da instabilidade social vivida na época.

A partir de 2007, o crescimento do PIB não petrolífero rondou os 10%, fomentado pela política orçamental expansionista que incentivou um crescimento de 56% no setor da construção. O governo tem aumentado a despesa, na expectativa de estimular o setor não petrolífero e desenvolver outras atividades associadas à produção petrolífera.

⁵ Ver Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, pág. 239

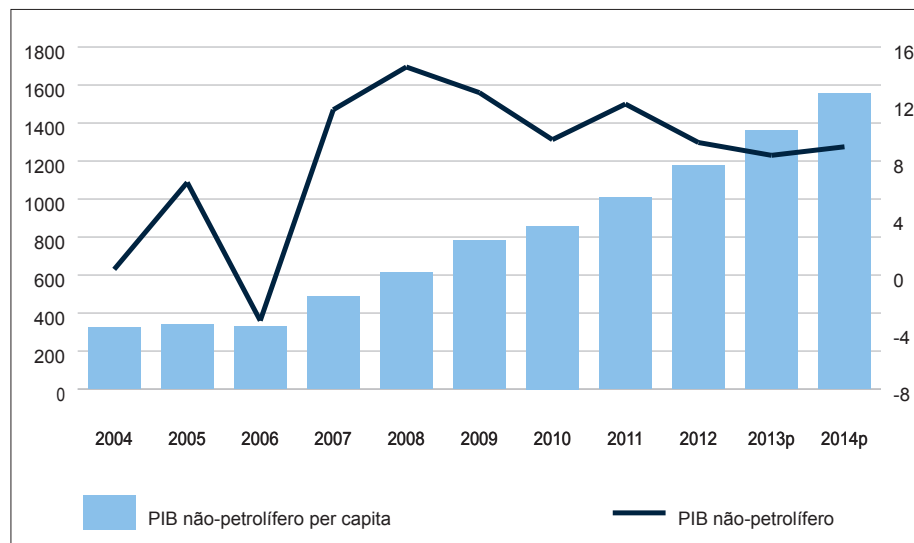
⁶ Ver explicitação das receitas em 3.2 Petróleo e Fundo Petrolífero.





PIB não petrolífero per capita e Crescimento do PIB não petrolífero

(USD; var real %)



Fonte: FMI, 2013.

Em 2012 verificou-se alguma desaceleração do crescimento do produto não petrolífero, para 8,3%, após o término de projetos avultados de investimento público, como foi o caso da central elétrica de Hera com elevado conteúdo importado. A saída da Missão Integrada das Nações Unidas, em dezembro de 2012, também contribuiu para algum arrefecimento do consumo privado, motivado pela perda de centenas de postos de trabalho em Díli.

As perspetivas de curto prazo para a economia consubstanciam-se numa taxa média de crescimento real estimada em 7,8% até 2015, com alguns riscos associados à variação do preço internacional do petróleo e ao não-cumprimento das obras públicas programadas para os próximos dois anos. Salienta-se que o país é muito dependente da importação de bens de consumo e de capital, com uma base de exportações de bens muito reduzida, quase exclusivamente assente no café.

Saldo Orçamental

A estrutura produtiva da economia não petrolífera continua débil, sem capacidade para responder ao acréscimo das despesas públicas. Neste contexto, o acréscimo da procura interna é satisfeito pelo aumento dos preços e das importações.

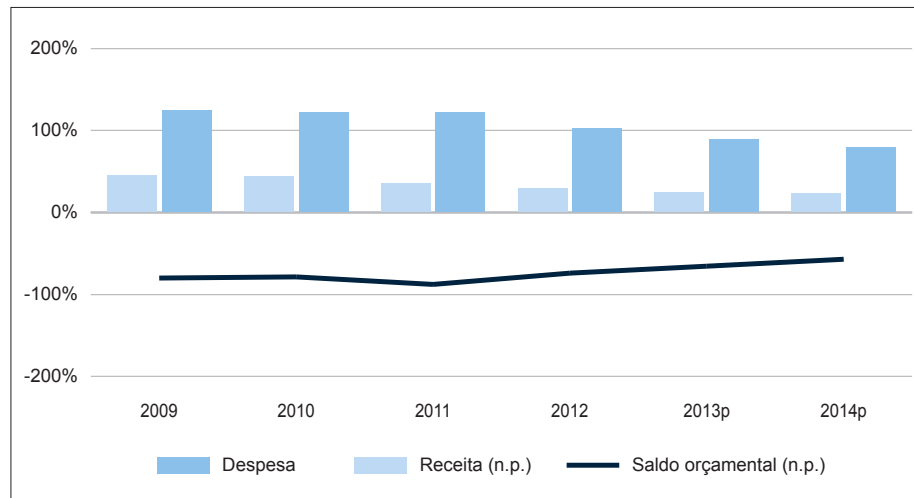
Como evidencia o gráfico seguinte, desde 2009 o défice orçamental do setor não petrolífero tem sido superior a 70% do PIB não petrolífero, e tem sido financiado com dotações elevadas do Fundo Petrolífero.





Contas Públicas

(peso no PIB não petrolífero, %)

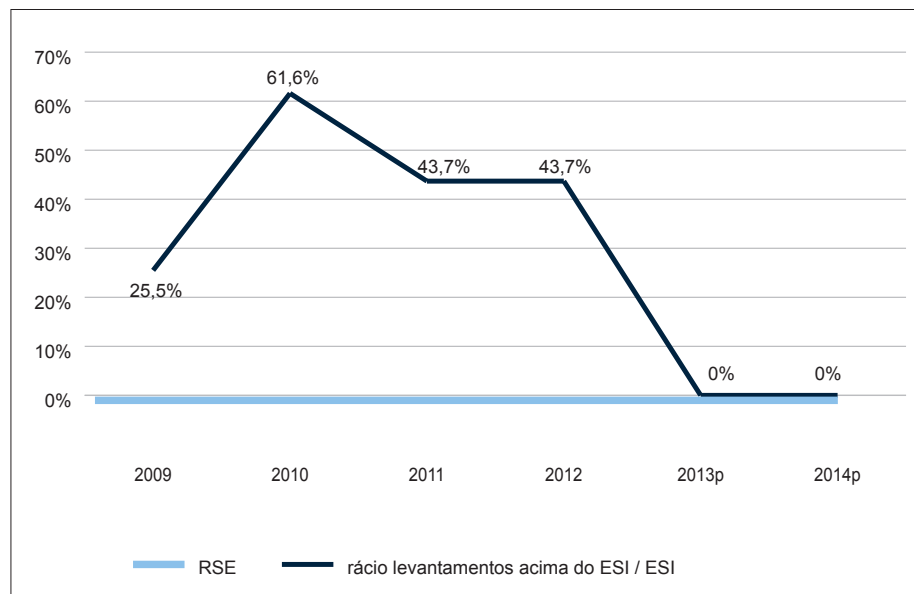


Fonte: FMI, 2013.

As transferências do Fundo Petrolífero para o orçamento do Estado estão sujeitas à contingência do Rendimento Sustentável Estimado (RSE), que é calculado, a cada ano, como 3% da soma do Balanço do Fundo e do valor atual de recebimentos futuros esperados do petróleo.

Atendendo ao volume elevado da despesa pública face à receita fiscal coletada à estrutura económica não-petrolífera, desde 2008 as transferências petrolíferas para o orçamento do Estado têm ultrapassado o RSE⁷, conforme evidencia o gráfico seguinte.

Excesso de levantamento do RSE / RSE (%)



Fonte: FMI, 2013.

⁷ Ver "Country Partnership Strategy for the Democratic Republic of Timor-Leste for the period FY2013-FY2017", World Bank, 19 fevereiro 2013, pág. 3.





Desde 2009, o maior desvio nas transferências de RSE para o orçamento do Estado foi de 61,6% que ocorreu em 2010. Em 2012 as transferências de RSE para a conta do Tesouro rondaram 15 mil milhões de dólares mas a fraca execução das despesas públicas de investimento fez com que parte significativa destes fundos não fosse utilizada. Para obviar a esta situação, em junho de 2013 os planos orçamentais de médio prazo foram revistos e redimensionados.

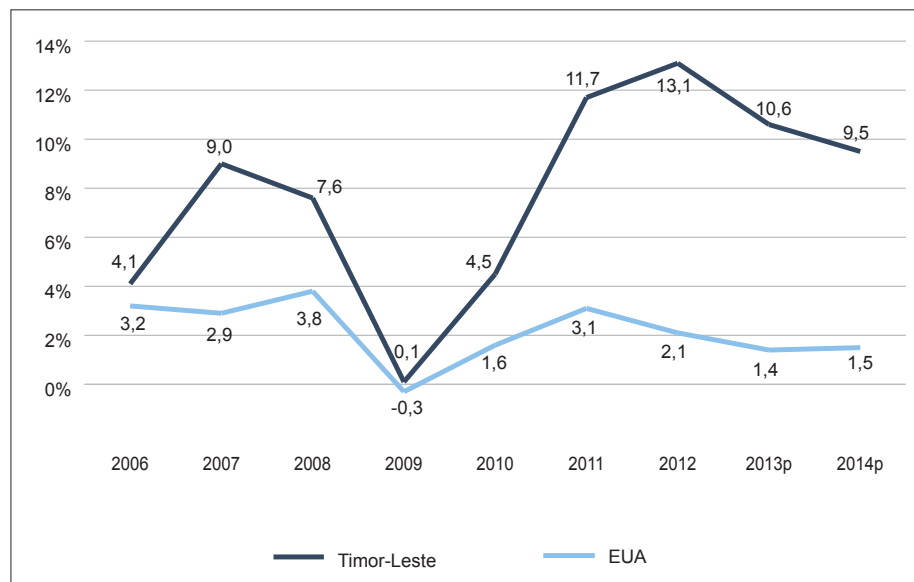
O enquadramento orçamental de médio prazo adotado aponta para uma melhoria na qualidade da despesa pública e maior contenção das despesas orçamentais a partir de 2015, com base no pressuposto do maior dinamismo do setor privado na economia.

Inflação

A partir do início de 2010 o aumento da despesa pública provocou um acréscimo de procura de bens, que não obteve resposta correspondente por parte da produção interna, confrontada com múltiplos estrangulamentos estruturais. Em consequência, as importações aumentaram e a inflação subiu para dois dígitos, com impacto negativo nas condições de vida da população e efeitos perniciosos para o crescimento da atividade económica.

Inflação

(variação média anual do IPC, %)



Fonte: FMI, 2013.

Por sua vez, as oscilações do dólar australiano e da rupia indonésia face ao dólar americano repercutem-se na economia interna através do aumento de preços, sendo um dos fatores que mais contribui para manter a inflação elevada.

A perspetiva para 2013 aponta para um valor da taxa de inflação próximo de 10,6%, com previsão de uma ligeira descida para 9,5% em 2014.

1.4 Comércio internacional

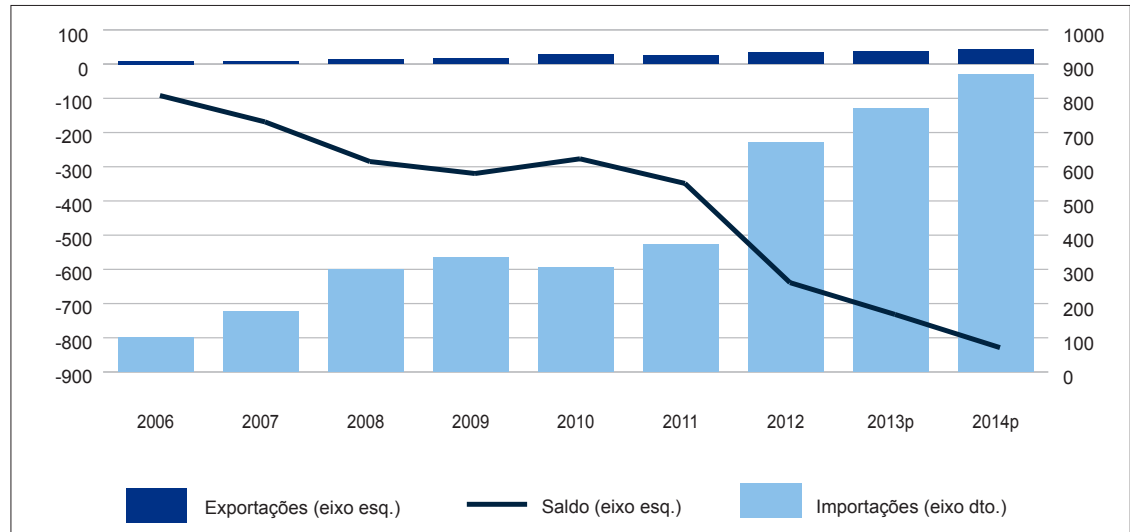
As exportações centram-se no café, que representa mais de 90% dos produtos vendidos ao exterior. Face à fraca produtividade da produção local, a oscilação do valor exportado depende dos preços internacionais. As previsões apontam para o crescimento continuado das importações de bens de consumo e de capital fomentado pelos investimentos em curso no território.





Balança Comercial

(USD, milhões)



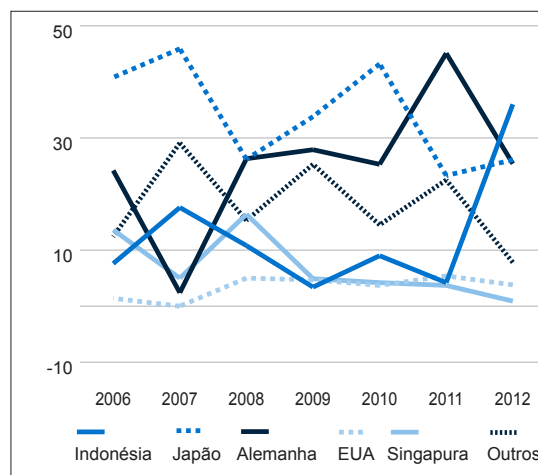
Fonte: FMI, 2013.

O défice da balança comercial é estruturalmente elevado porque o país é dependente das importações para a auto-suficiência alimentar e para o investimento. Em 2012 as importações de bens de capital cresceram 80%, devido à aquisição de equipamentos para a central elétrica de Hera, fornecidos por uma empresa finlandesa, o que fez deste país o principal fornecedor do território acima dos parceiros comerciais tradicionais – Indonésia e Austrália. Em 2013 foi adquirido, ao mesmo fornecedor, o equipamento destinado à nova central elétrica de Betano, entretanto inaugurada e em funcionamento.

A Alemanha e os Estados Unidos são os grandes mercados para o café timorense mas, em 2012, Singapura foi o destino principal deste produto⁸.

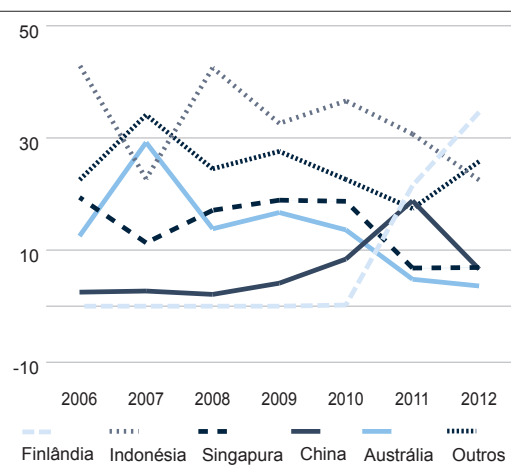
Exportações de Mercadorias por País de Destino

(peso no total, %)



Importações de Mercadorias por País de Origem

(peso no total, %)



Fonte: Banco de Portugal, 2013.

⁸ Ver “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor Leste 2012-2013, Timor-Leste”, ed. Banco de Portugal, outubro 2013, pág. 120.





Os excedentes elevados da balança corrente, visíveis no quadro seguinte, resultam do fluxo das receitas petrolíferas e têm, por contrapartida, montantes elevados de novas aplicações financeiras do Fundo Petrolífero no exterior. Em resultado destes movimentos associados à entrada/saída de receitas petrolíferas, o saldo global da balança de pagamentos do país não é normalmente muito elevado.

Balança de Pagamentos

% PIB não-petrolífero	2009	2010	2011	2012	2013
Balança Corrente	155	179	208	184	118
Balança comercial	-39	-30	-31	-43	-41
Balança de serviços	-94	-103	-125	-62	-56
Balança de rendimentos	233	261	317	260	190
<i>dos quais: receitas e juros petrolíferos/gás</i>	204	250	307	266	183
Transferências correntes	55	51	47	29	25
<i>dos quais: donativos oficiais</i>	54	47	41	27	16
Balança de Capital e Financeira	-151	-161	-199	-155	-128
<i>dos quais: aplicações petróleo/gás</i>	-161	-169	-215	-166	-135
investimento direto estrangeiro	6	3	7	0	3
dívida externa	-1	0	5	1	2
Balança global	5	17	5	28	-11

Fonte: FMI e Banco de Portugal, 2013.

A dívida pública de Timor-Leste apresenta valores muito reduzidos, associados a formas de assistência técnica na implementação de projetos de desenvolvimento.

1.5 Relações internacionais e regionais

As organizações multilaterais e regionais desempenham um papel significativo na estabilidade e cooperação económica e Timor-Leste é membro de:

- Organização das Nações Unidas (ONU) – que teve papel de grande relevo no processo de independência – a que o país aderiu em 27 de setembro de 2002 e mantém uma Missão Permanente junto desta Organização em Nova Iorque;
- Grupo dos Estados Frágeis “g7+” é composto por 18 países de África, Ásia e Pacífico. As nações membros representam 350 milhões de pessoas e partilham conhecimentos;
- Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), organização intergovernamental que reúne as Nações onde o Português é uma língua oficial, a que Timor-Leste aderiu em 2002;
- Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) que agrega 10 países-membros, num conjunto de 600 milhões de habitantes. Timor-Leste é a única Nação do sudeste asiático que não é membro, embora mantenha um gabinete de ligação ao Secretariado da ASEAN, em Jacarta.

Timor-Leste participa também noutras organizações regionais, nomeadamente:

- Fórum das Ilhas do Pacífico, com o estatuto de observador.
- Diálogo Pacífico Sudoeste de que é membro fundador.
- Grupo de Estados Africanos, Caraíbas e Pacífico, junto da União Europeia.

Timor-Leste mantém relações diplomáticas com cerca de 100 Nações e tem embaixadas ou representações diplomáticas em 22 países. Assinou vários acordos bilaterais e de cooperação com





TIMOR LESTE

OPORTUNIDADES E POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

doadores e tem fortes relações bilaterais com os estados vizinhos — Indonésia e Austrália. O país tem excelentes relações com os Estados Unidos, Japão, China, Portugal, Nova Zelândia, Cuba e Irlanda.

Timor-Leste também é membro do Banco Asiático de Desenvolvimento e de entidades e agências especializadas da ONU: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento.





2. APOSTAS DE DESENVOLVIMENTO DE TIMOR-LESTE

O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 foi aprovado pelo Parlamento e lançado em julho de 2011. Durante a elaboração do Plano foi feito um levantamento detalhado da situação do território, tendo em conta as metas e ações de planos anteriores – Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), Prioridades Nacionais (PN) e Planos de Ação Anual (PAA) – lançados em 2002.

No PDN foram definidas políticas a implementar nos anos seguintes, a rever a cada cinco anos. Cerca de uma década depois, o PED redefine as políticas, numa visão de continuidade até 2030, e especifica metas e objetivos a curto, médio e longo prazo com início em 2011⁹.

Cronograma dos Planos de Desenvolvimento de Timor-Leste



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.

O PED contempla um conjunto de políticas e projetos para desenvolver o território, beneficiando das vantagens de ter uma população jovem, receitas substanciais de petróleo e do gás e outras riquezas naturais. O Plano explicita uma estratégia para o desenvolvimento e transmite uma filosofia de partilha dos benefícios esperados pela nação timorense.

2.1 O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030

O PED tem o objetivo primordial de desenvolver o país de modo a que venha a fazer parte do grupo de países de rendimento médio-superior, próximo dos seus vizinhos – Indonésia, Malásia e Tailândia. A estratégia para alcançar esse desígnio está suportada por metas e objetivos intermédios, a alcançar nas próximas duas décadas, em torno de quatro pilares representados no esquema e explicitados em seguida.

⁹ Um resumo do Plano Estratégico de Desenvolvimento intitulado “Do Conflito à Prosperidade” foi lançado em abril de 2010 e foi objeto de 70 consultas comunitárias em aldeias e cidades do país. As reações colhidas e os planos estratégicos sectoriais elaborados pelo Governo estão incorporados no Plano.





Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 e Caixa Geral de Depósitos.

Capital Social – abrange a educação e formação, saúde, inclusão social, ambiente, cultura e património, no sentido de melhorar os resultados de desenvolvimento humano, criar uma força de trabalho adaptada ao mercado e proteger os mais vulneráveis, num enquadramento de desenvolvimento sustentável do ambiente, com salvaguarda da cultura e do património;

Desenvolvimento de Infraestruturas – inclui as estradas e pontes, água e saneamento, eletricidade, portos marítimos, aeroporto e telecomunicações, com a meta de reduzir custos de transação, atrair o investimento privado e facilitar o acesso aos serviços;

Desenvolvimento Económico – versa o desenvolvimento rural, agricultura, petróleo, turismo e setor privado, com o objetivo de aumentar o emprego e o crescimento não petrolífero;

Enquadramento Institucional – engloba a segurança, defesa, negócios estrangeiros, justiça, gestão e boa governação do setor público, num contexto transversal aos três pilares citados, que podem beneficiar da reorganização das instituições, da boa gestão macroeconómica e das finanças públicas.

- No âmbito do **capital social** é feito o levantamento da situação existente e é definida uma estratégia quantificada dos objetivos e dos meios necessários para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos e desenvolver o capital humano. É dada prioridade à inclusão social, com metas específicas para o acesso das mulheres à educação e serviços de saúde, e compromissos de prestar assistência às famílias vulneráveis, jovens e outras populações em risco.

Ao Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano cabe garantir o financiamento do investimento público na formação de recursos humanos e garantir a execução de programas e projetos que se estendam além de um ano, numa abordagem governamental coordenada. Em 2011 foi alocado a este Fundo o montante de 25 milhões de dólares e, nos cinco anos seguintes, irá aumentar para 175 milhões de dólares.

- Para o **desenvolvimento de infraestruturas** prevê-se um investimento substancial e de longo prazo para reabilitação das vias rurais, de pontes e estradas nacionais para um padrão internacional e a construção de eixos rodoviários de ligação entre o norte e o sul do território.

O abastecimento de água e o saneamento básico são essenciais para melhorar a qualidade de vida das populações e fomentar o turismo. O Censo de 2010 indica que 57% dos timorenses das zonas rurais tem acesso a água potável e 20% beneficia de saneamento básico.





As metas previstas no PED, até 2020, apontam para o alargamento do abastecimento de água a 75% das comunidades rurais e do saneamento básico para 40% desses residentes. O fornecimento de eletricidade vai ser alargado à medida que se complete o sistema de distribuição da Rede Elétrica Nacional, complementado pelo Programa de Eletrificação Rural.

Está previsto estabelecer novos portos marítimos em Tibar, na costa norte, e no Suai, no litoral sul, e construir ou reabilitar portos regionais em Ataúro, Kairabela, Oecussi e Manatuto.

Para melhorar o tráfego aéreo e adaptá-lo ao número crescente de passageiros, está planeada a modernização do aeroporto internacional Presidente Nicolau Lobato, em Díli, e a reabilitação das pistas de aterragem regionais.

- A estratégia para o **desenvolvimento económico** assenta na agricultura, turismo e petróleo, a partir das vantagens em recursos naturais, localização geográfica e perfil económico.

O fomento da agricultura incide nas culturas alimentares (arroz, milho, tubérculos) que contribuam para a segurança alimentar, e culturas de rendimento para exportação, como é o caso do café, do cacau e de outras.

A pecuária e a pesca podem contribuir para aumentar os rendimentos dos agregados rurais. Pretende-se incentivar o investimento privado e diversificar a economia para sustentar o crescimento e melhorar o emprego. Tem havido um acréscimo de investimento nos distritos e subdistritos associados a pequenas infraestruturas, através de contratos que criam empregos e apoiam o setor privado.

O setor do petróleo é essencial porque garante o financiamento do crescimento económico do território.

Com o objetivo de dinamizar a indústria petrolífera, o PED contempla o desenvolvimento de infraestruturas de apoio, com maior ênfase no projeto Tasi Mane que prevê a criação de três polos industriais na costa sul: o agrupamento da Plataforma de abastecimento de Suai, o agrupamento da Refinaria e Indústria Petroquímica de Betano e o agrupamento da Instalação de GPL de Beaço. Este projeto está explicitado em **2.3 Programas de Desenvolvimento Económico e Social**.

- O **enquadramento institucional** contempla os fundamentos da boa governação e da eficácia institucional. O setor público é o empregador dominante e o veículo para o crescimento económico e, para melhorar o desempenho deste setor, o PED prevê metas diversas espaçadas no tempo.

O fortalecimento das instituições é uma área prioritária de assistência dos parceiros internacionais de desenvolvimento, face às limitações de recursos humanos qualificados, barreiras linguísticas e falta de estratégias eficazes de formação.

O apoio técnico das instituições destina-se a melhorar a qualidade do gasto público e abrange áreas diversas: saúde, educação, agricultura e proteção social; construção das infraestruturas para ligar as comunidades aos mercados e diminuir os custos de circulação de pessoas e bens; apoio ao desenvolvimento da economia não petrolífera, através de iniciativas que melhorem o ambiente de investimento para o setor privado, e outras¹⁰.

¹⁰ O Grupo do Banco Mundial tem um programa com Timor que combina estratégias e instrumentos da AID (Associação Internacional para o Desenvolvimento), BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento) e IFC (Corporação Financeira Internacional). Ver o Programa do Banco Mundial (*Country partnership strategy for the Democratic Republic of Timor-Leste for the period FY 2013 – FY 2017*), 19 de fevereiro de 2013.





2.2 Petróleo e Fundo Petrolífero

O petróleo e o gás natural são a riqueza dominante: em 2013, as receitas petrolíferas representaram cerca de duas vezes o produto não petrolífero¹¹.

Os recursos do petróleo assumem o papel de motor do desenvolvimento da economia nacional, na medida em que permitem financiar o investimento em infraestruturas e em capital físico e humano, necessários para dinamizar a atividade económica. A produção de petróleo do território ronda 65 milhões de barris ao ano e, embora modesta por padrões internacionais, é muito significativa face à pequena dimensão da economia.

O principal campo de petróleo de Timor-Leste é o *Bayu-Undan*, localizado no Mar de Timor, na Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDR)¹² – *Joint Petroleum Development Area*. A exploração deste campo é feita desde 2003 e prevê-se que seja uma fonte de receita até 2025.

O campo de *Kitan* contém cerca de 34,5 milhões de barris de petróleo, começou a gerar receitas em 2011 e prevê-se que esgote em 2017. A produção é feita em *offshore* e o gás natural é enviado do campo de *Bayu-Undan* para a Austrália, para ser liquefeito, sem fomentar o emprego de trabalhadores residentes. A produção nos campos em exploração na ACDR pode ter alcançado o pico em 2012 e esgotar-se até 2025.

O campo de petróleo e gás natural *Greater Sunrise* foi descoberto em 2007, tem potencial em recursos petrolíferos, mas a sua exploração futura está dependente de fatores relevantes não resolvidos: a finalização da delimitação da fronteira marítima entre Timor-Leste e a Austrália e a decisão acerca do transporte e do local de processamento do gás natural extraído. Esta indefinição gera incerteza quanto à partilha dos recursos do Mar de Timor, tanto mais que há três acordos interligados com a Austrália que abrangem a ACDR, e o *Greater Sunrise* está sob arbitragem internacional para definição da fronteira marítima dos dois países.

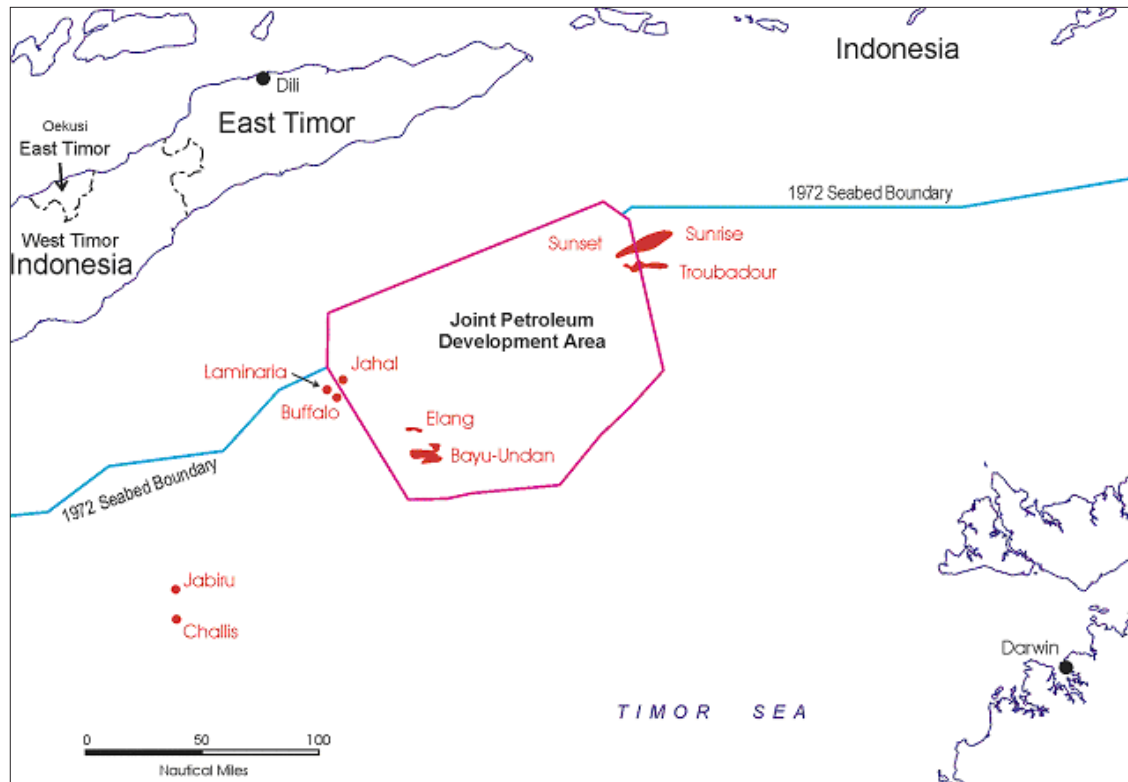
¹¹ IMF Country Report No 13/338, December 2013

¹² O Tratado do Mar de Timor, assinado com a Austrália em 20 de maio de 2002 e ratificado pelo Parlamento Nacional em 17 de dezembro do mesmo ano prevê que Timor-Leste receba 90% das contrapartidas da exploração do petróleo e a Austrália os 10% remanescentes.





Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero.



Fonte: http://www.dfat.gov.au/treaties/timor_sea_treaty_joint_petroleum_development_area.html

O governo criou uma empresa nacional, a TIMOR GAP – TIMOR GÁS & PETRÓLEO, E.P. que detém e gere os ativos do país no setor petrolífero e trabalha com parceiros estrangeiros em projetos de exploração.

Em 13 de abril de 2013, a TIMOR GAP assinou um Contrato de Partilha de Produção com as parceiras ENI e INPEX, para explorar a ACDR localizada a 240 km a Sul de Dili e a 500 km a Noroeste de Darwin, cobrindo uma área de 662 Km², adjacente ao campo de Kitan. Nesta parceria, a ENI possui uma quota de 40,53%, e é a operadora, a INPEX Offshore Timor-Leste, LTD possui 35,47% e a TIMOR GAP detém 24%. Os parceiros irão perfurar dois poços de exploração durante os primeiros dois anos e podem optar por dois poços contingentes.

Fundo Petrolífero

As receitas petrolíferas são canalizadas para o Fundo de Petrolífero constituído em 2005¹³, à semelhança da experiência da Noruega. Este Fundo de riqueza soberano gere a receita bruta decorrente da prospeção, pesquisa, desenvolvimento, exploração, venda e exportação de petróleo e gás e demais taxas e *royalties* associadas ao petróleo, previstas no artigo 6.º da Lei n.º 9/2005 de 3 de agosto¹⁴.

Em 2011 foi feita a primeira alteração à Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, Lei do Fundo Petrolífero, através da Lei n.º 12/2011 de 28 de setembro.

O Fundo Petrolífero não tem personalidade jurídica e consubstancia-se numa conta junto do Banco Central, sendo esta entidade o Gerente Operacional do Fundo. Com o apoio de um conselho consultivo independente, o governo define a estratégia de investimento, que é conservadora, e aplica os recursos

¹³ Através da Lei n.º 9/2005 de 3 de agosto.

¹⁴ Conforme previsto no artigo 15.º da Lei n.º 9/2005 relativo aos Instrumentos Financeiros Qualificados.





recebidos pelo Fundo em instrumentos financeiros qualificados, classificados com *rating* de pelo menos *Aa3* pela *Moody's* ou *AA-* pela *Standard & Poor's*¹⁵.

A Lei n.º 12/2011 consubstancia a primeira alteração acerca dos investimentos do Fundo Petrolífero e requer que todas as aplicações sejam feitas no exterior: pelo menos 50% em depósitos bancários e instrumentos de dívida, até 50% nos mercados financeiros regulamentados e até 5% noutros ativos.¹⁶

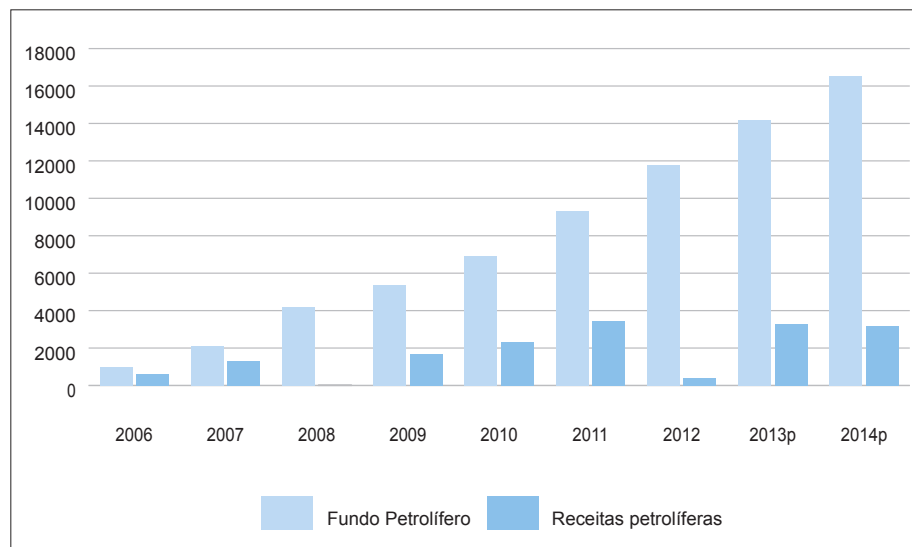
As retiradas de verbas monetárias do Fundo só podem ser feitas para a conta do Tesouro, para financiar despesas do orçamento do Estado. Para o efeito, o governo apresenta ao parlamento as razões do interesse a longo prazo da despesa para a nação e o relatório que especifica o Rendimento Sustentável Estimado (RSE), certificado por um auditor independente. Em cada ano, o cálculo do RSE corresponde a 3% da soma do Balanço do Fundo e do valor atual de recebimentos futuros esperados do petróleo, para manter a riqueza que assegure a perpetuidade da dotação orçamental. Ou seja, deste modo o Fundo mantém recursos indispensáveis para continuar a contribuir para o orçamento do Estado sem esgotar a “riqueza do Petróleo”, que é preservada para garantir a equidade inter-geracional.

O Banco Central publica relatórios trimestrais sobre o desempenho e as atividades do Fundo e o governo apresenta um relatório anual com as demonstrações financeiras auditadas e detalhe sobre a receita e a composição da carteira de investimentos.

O gráfico seguinte explicita a evolução anual do Fundo Petrolífero, em termos de riqueza acumulada e das receitas geradas pela exploração e aplicações financeiras. Especificando os valores relativos a 2013 verifica-se que a riqueza acumulada do Fundo atingiu 14,2 mil milhões de dólares e as receitas petrolíferas, obtidas com a exploração e juros de aplicações da riqueza, ascenderam a 3,3 mil milhões de dólares.

Evolução do Fundo Petrolífero

(USD, milhões)



Fonte: FMI, 2013.

Em 16 de março de 2012 o governo anunciou uma maior diversificação do Fundo Petrolífero e o governador do Banco Central ficou mandatado para investir gradualmente, até 20% do Fundo, em ações globais, com o objetivo de aumentar o retorno esperado do Fundo de 2,0% para 2,6%, aproximando-se dos 3% de Rendimento Sustentável Estimado necessários a longo prazo para financiar

¹⁵ Durante a recente crise financeira global o Fundo Petrolífero foi um dos Fundos Soberanos de Riqueza com melhor desempenho do mundo.

¹⁶ Ver artigo 15.º da Lei n.º 12/2011 de 28 de setembro relativa à primeira alteração à Lei n.º 9/2005, Lei do Fundo Petrolífero.





o Orçamento Geral do Estado. Em março de 2012 o Fundo tinha investido cerca de 1,2 mil milhões de dólares em 1 800 empresas de 23 países desenvolvidos¹⁷. O Fundo Petrolífero cumpre totalmente a Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas (ITIE).^{18 19}

2.3 Programas de Desenvolvimento Económico e Social

A atividade industrial prevista no PED assenta no desenvolvimento das indústrias associadas à exploração do petróleo, como é o caso da petroquímica e atividades correlacionadas. Para alcançar esse objetivo estão previstas políticas ativas e instrumentos tais como: um Fundo das Infraestruturas, um Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano, a criação de Zonas Económicas Especiais e de um Banco de Desenvolvimento.

O Tasi Mane é um dos grandes projetos industriais a implementar nas próximas duas décadas, catalisador do desenvolvimento que a exploração petrolífera pode trazer para o território. Através deste projeto, pretende-se estabelecer a ligação entre a exploração *offshore* do petróleo e gás natural e as indústrias conexas a estabelecer na costa sul, designadamente, a liquefação do gás natural, a petroquímica e outras, apoiadas por centros urbanos a construir, geradores de emprego.

Tal como o PED explicita²⁰: “O projeto envolverá o desenvolvimento de uma zona costeira de Suai a Beaco e garantirá a existência das infra-estruturas necessárias para suportar uma indústria petrolífera doméstica em crescimento. O Tasi Mane incluirá o agrupamento da Plataforma de abastecimento de Suai, o agrupamento da Refinaria e Indústria Petroquímica de Betano e o agrupamento da Instalação de GPL de Beaco.”



Agrupamentos do Tasi Mane.

Fonte: Preparação para o Plano Estratégico de Desenvolvimento

17 Consultar o anúncio em <http://timor-leste.gov.tl/?p=6650>.

18 O Banco Mundial estima o valor presente da riqueza petrolífera, incluindo o Fundo Petrolífero, em 26 mil milhões de dólares e o RSE em cerca de 750 milhões de dólares. Ver “Country Partnership Strategy for the Democratic Republic of Timor-Leste for the period FY2013-FY2017”, World Bank, 19 fevereiro 2013, pág. 3.

19 A Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas (ITIE) é uma iniciativa multilateral constituída por governos, empresas, grupos da sociedade civil, investidores e organizações internacionais e tem por objetivo consolidar a governação aumentando a transparência e a responsabilização no setor extrativo. Trata-se de uma iniciativa voluntária implementada pelos países que a subscreveram. Ver <http://www.publishwhatyoupay.org/pt/about/advocacy/iniciativa-para-transparencia-nas-industrias-extractivas-itie>

20 Timor-Leste Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, pg. 167





A plataforma de abastecimento de Suai pode constituir a base industrial e logística que impulse o desenvolvimento económico na costa Sul e apoie o estabelecimento de centros petrolíferos em Betano e Beaçó. O desenvolvimento de infraestruturas inclui uma estrada de ligação dos três polos e outras, um porto marítimo, um aeroporto e um heliporto.



Plano de Construção de Beaçó.

O parque industrial a instalar em Betano prevê a construção de uma refinaria e instalações da indústria petroquímica e petrolífera, num enquadramento que pode envolver a cooperação entre o setor público e o setor privado. O desenvolvimento destes polos vai promover a construção de habitação, o estabelecimento de serviços públicos e a criação de emprego.

A TIMOR GAP lidera o projeto de Tasi Mane e, embora o custo deste projeto não esteja fechado,

prevê-se que, em 2017, possa absorver cerca de metade do orçamento público para infraestruturas.

2.4 Programas locais de desenvolvimento

A atividade privada está pouco desenvolvida, embora tenha tido uma evolução positiva nos últimos anos. O número de empresas aumentou de 171, em 2007, para 1.799 em 2009, e as microempresas existentes passaram de 1.212 para 5.232 no mesmo período.

Em 2009 foi estabelecido o “Pacote Referendo”, em celebração do 10.º Aniversário do Referendo de 1999, que promoveu parcerias entre o governo e o setor privado para a construção de 800 projetos de infraestruturas de pequena e média dimensão, envolvendo as comunidades locais nos 13 distritos.

O Programa de Desenvolvimento Descentralizado (PDD), iniciado em 2011, tem duas componentes: o PDD I para projetos até 150.000 dólares e o PDD II para obras entre 150.000 e 500.000 dólares. Em 2011 foram previstos 225 projetos do PDD I, planeados para os subdistritos, no total de cerca de 15 milhões de dólares, e identificados 103 projetos orçamentados em 28 milhões de dólares. Perspetiva-se que estes programas possam fortalecer a economia nos distritos e encorajar o crescimento de empresas locais, que se ocupem da construção e reabilitação de infraestruturas.

O Programa de Desenvolvimento do Setor Cooperativo visa encorajar o crescimento do setor privado nas zonas rurais de acordo com o PED: em dezembro de 2010, existiam 25 cooperativas financeiras e 80 cooperativas não financeiras, envolvendo cerca de 10,5 mil membros como beneficiários diretos e 25 mil beneficiários indiretos.

Num país tão jovem, a implementação das metas enunciadas exige criatividade dos agentes envolvidos, públicos e privados, mas há pressupostos essenciais que englobam o desenvolvimento do capital humano e da capacidade da gestão pública para executar os programas enunciados.





2.5 Recursos humanos

Em 2013, Timor-Leste ocupava o 134.º lugar entre 187 países no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas, considerado de desenvolvimento médio, e, desde 2000, registou o maior crescimento médio anual neste Índice entre os países do Leste da Ásia e Pacífico²¹. De acordo com o relatório da ONU, entre 2007 e 2012, o país subiu cinco posições na tabela do IDH.

Em setembro de 2000, os membros da ONU aprovaram 8 Metas de Desenvolvimento do Milénio, com objetivos nas áreas da pobreza, fome, educação, saúde, igualdade de género e capacitação da mulher, e sustentabilidade ambiental, que fornecem uma base para melhorar a vida das pessoas. Timor-Leste reconheceu estas metas e o quadro seguinte mostra a evolução de alguns indicadores desenhados para a avaliação.

Metas de Desenvolvimento do Milénio	2000	2005	2009	2012
Meta 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome				
Rácio emprego/população, adultos maiores de 15 anos (%)	65	68	68	68
Prevalência de desnutrição, peso/idade (% dos menores de 5 anos)	41	42	--	45
Proporção de pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia (% população)	53	37	37	37
Meta 2: Atingir o ensino primário universal				
Taxa de conclusão do ensino primário, total (% da faixa etária pertinente)	--	--	68	66
Total de inscritos, ensino primário (% líquida)	--	67	80	86
Meta 3: Promover a igualdade de género e a capacitação da mulher				
Proporção de assentos no parlamento nacional ocupados por mulheres (%)	--	25	29	32
Rácio entre raparigas e rapazes no ensino primário (%)	--	92	95	96
Rácio entre raparigas e rapazes no ensino secundário (%)	--	100	--	101
Rácio entre raparigas e rapazes no ensino terciário (%)	127	--	71	71
Meta 4: Reduzir a mortalidade infantil				
Taxa de mortalidade infantil (por mil nados vivos)	86	64	51	46
Taxa de mortalidade de menores de cinco anos (por 1 000)	109	79	61	54
Meta 5: Melhorar a saúde materna				
Taxa de fertilidade de adolescentes (nasc. por 1 000 mulheres de 15-19 anos)	78	59	54	--
Partos assistidos por profissionais técnicos de saúde (% do total)	24	18	29	--
Taxa de mortalidade materna (estimativa modelada, por 100 000 nados vivos)	610	410	--	300
Mulheres grávidas que recebem atendimento pré-natal (%)	43	61	--	84
Meta 6: Combater o HIV, a malária e outras doenças				
Incidência de tuberculose (por 1 000 pessoas)	--	733	703	643
Taxa de deteção de casos de tuberculose (todas as formas)	64	76	84	--
Meta 7: Garantir a sustentabilidade ambiental				
Emissões de dióxido de carbono (em toneladas métricas per capita)	0,0	0,2	0,2	--
Acesso a saneamento melhorado (% da população com acesso)	39	43	46	47
Acesso a uma fonte de água melhorada (% da população com acesso)	54	62	67	69
Meta 8: Criar uma parceria global para o desenvolvimento				
Uso da internet (por 100 pessoas)	--	0,1	0,2	0,9

Fonte: ONU, 2013.

Em termos da *Meta 1: Erradicação da pobreza extrema e a fome*, a evolução tem sido condicionada pelo fraco desempenho do emprego.

21 A evolução de Timor-Leste em termos de classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas tem sido notória: em 2005, ocupava a 150.ª posição em 159 países e em 2007 subiu no *ranking* para o lugar 120 entre 162 países.





O Estudo Demográfico e de Saúde de Timor-Leste e outros mais recentes destacam a situação nutricional de crianças e adultos, que continua significativamente aquém dos padrões mundiais aceitáveis.

A percentagem de pessoas, que vivem no limiar de rendimento de 1,25 dólares/dia baixou de 53%, em 2000, para 37% em 2012.

Desde 2008, todos os timorenses com mais de 60 anos, ou com incapacidade comprovada para trabalhar, têm direito a receber 30 dólares mensais. Também são pagos benefícios a veteranos, doentes crónicos e a mulheres e famílias pobres vulneráveis. O aumento dos padrões de vida tem aliviado as tensões sociais. A alimentação escolar, os programas de subsídio do preço dos alimentos, entre outros, complementam a ação social. Apesar das deficiências, a dotação orçamental de 9% para a proteção social coloca Timor-Leste em destaque entre os seus pares na região.

A *Meta 2: Alcançar o ensino primário total*, registou uma evolução favorável na frequência do ensino primário, entre 2005 e 2012, tendo como ponto de partida a destruição quase total das infraestruturas para a educação que ocorreu em 1999.

A atenção das autoridades tem maior incidência no *ensino primário ou básico*. Em 2012, cerca de 86% das crianças estavam matriculadas no ensino básico. Com o forte crescimento populacional as autoridades preveem o aumento de um terço nas matrículas de crianças com seis anos, passando de 30 mil, em 2011, para 39 mil alunos em 2015.

O *ensino secundário* está dividido em escolas secundárias gerais e escolas secundárias técnicas. Cerca de um terço deste ensino é ministrado pelo setor privado e somente 12% dos jovens terminam os estudos secundários em idade apropriada²².

Apesar da taxa de alfabetização de adultos ter aumentado, desde 2001, de 37% para 50%, entre os timorenses com mais de 15 anos, cerca de 40% não possuem qualquer instrução e apenas 25% têm o ensino primário. O ensino recorrente é ministrado a pessoas que não tiveram oportunidade de frequentar a escola na idade normal²³.

A Universidade Nacional Timor Lorosae (UNTL) é a única universidade pública do território e foi estabelecida em 2000. Existem também 10 instituições privadas de ensino superior com acreditação. Em 2011 cerca de 8 mil alunos tinham terminado os seus estudos nestas Universidades.

Para responder aos desafios futuros anuncia-se o desenvolvimento dos dois ramos do ensino superior:

- O ensino técnico pós-secundário, ministrado nos institutos politécnicos, com cursos de um ou dois anos, orientados para o desenvolvimento de capacidades práticas e educacionais;
- O ensino universitário, orientado para a carreira científica ou para o mercado de trabalho, com os graus de bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento.

Na *Meta 3: Promover a igualdade de género e a capacitação da mulher* não se tem verificado progressos. As mulheres desempenham um papel crucial e muito respeitado no país, no entanto, as normas culturais da sociedade patriarcal atribui aos homens o papel dominante no planeamento e tomada de decisões. O último levantamento demográfico e de saúde, efetuado em 2010, refere alguns dados relevantes em termos de violência física sobre as mulheres.

As taxas de participação na força de trabalho e os salários são mais baixas para as mulheres, que estão fortemente representadas no trabalho na agricultura de subsistência e representam mais de 40% dos microempresários. Só 16% dos negócios formalizados são propriedade das mulheres e estas enfrentam

²² O sistema secundário geral prepara os alunos para o ensino superior; os alunos do secundário técnico e profissional estão mais orientados para o mercado de trabalho.

²³ Em 2010 os programas pós-alfabetização e de equivalência formaram 1.041 alunos. Ver Plano Estratégico de Desenvolvimento, op. cit., pág. 28.





dificuldades adicionais: taxas de alfabetização mais baixas, alfabetização financeira precária e falta de garantias por acesso limitado à propriedade da terra. No lado positivo, a representação das mulheres em altos cargos de decisão, incluindo cargos parlamentares e nomeações ministeriais, é elevada para os padrões regionais.

Timor-Leste ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e o PED dá continuidade ao compromisso assumido de assegurar que as mulheres tenham acesso igual aos recursos e oportunidades.

Saúde

Grande parte das infraestruturas de saúde do território foi destruída durante a crise de 1999. Em 2012 o setor público de saúde contava com 5 hospitais nos distritos e 1 Hospital Nacional em Díli; havia 67 centros de saúde, 216 postos de saúde e 475 SIS-ca repartidos pelos distritos do território. Os cuidados de saúde são prestados também por 41 clínicas privadas, repartidas por alguns distritos, estando 9 destes estabelecimentos localizados em Díli.

Reportando às 8 Metas de Desenvolvimento do Milénio enunciadas pela ONU, atrás referidas, três estão ligadas à saúde: (Meta 4) *Reduzir a mortalidade infantil*, (Meta 5) *Melhorar a saúde materna*, (Meta 6) *Combater o HIV, a malária e outras doenças*.

As infraestruturas de saúde são insuficientes e os cuidados para as mães durante a gravidez e o parto são escassos. A taxa de mortalidade materna continua a ser das mais elevadas em todo o mundo, com 42% das mortes de mulheres, entre os 15 e os 49 anos, a estarem relacionadas com a gravidez. Entre 2000 e 2012 a taxa de mortalidade infantil baixou de 86 para 46 por mil nascidos-vivos. No mesmo período, a taxa de mortalidade infantil de crianças com idade inferior a 5 anos desceu para metade das ocorrências e, em 2012, situava-se em 54 por mil crianças. O índice sintético de fecundidade para o período de 2009-2011 foi de 5,7 filhos por mulher. As infraestruturas de saúde são insuficientes e os cuidados para as mães durante a gravidez e o parto são escassos. A taxa de mortalidade materna continua a ser das mais elevadas em todo o mundo, com 42% das mortes de mulheres, entre os 15 e os 49 anos, a estarem relacionadas com a gravidez.

A malária é um problema de saúde pública e a principal causa de morbosidade e de mortalidade. Esta doença afeta entre 20% a 40% dos pacientes externos e motiva 30% das admissões hospitalares. A taxa de incidência é elevada nas crianças com menos de cinco anos e representa 40% do total de casos.

A malnutrição crónica entre crianças timorenses afeta a saúde. Cerca de um terço das crianças com menos de cinco anos e um terço das mulheres sofrem de anemia.

A tuberculose (TB) é também um problema de saúde no território e a incidência de novos casos de esfregaços positivos de tuberculose é de 145 por 100 mil habitantes por ano, sendo a segunda mais elevada no sudeste asiático.

A saúde dos cidadãos idosos e incapacitados é outro dos problemas de saúde pública, tanto mais que ultrapassam 5% da população e muitos envelhecem nas zonas rurais, onde é mais difícil aceder a cuidados de saúde.

Emprego

Segundo o Censo de 2010, nas zonas rurais 68% das pessoas empregadas trabalha para o governo e 32% para o setor privado, em pequenos negócios, e destes apenas 10% são remunerados, o que significa que muitas pessoas nas zonas rurais não têm rendimentos. Mais de 70% do emprego total é vulnerável e a maioria dos pobres rurais depende de uma agricultura de subsistência de baixa produtividade.

O setor privado cria cerca de 400 novos empregos formais por ano e o número de jovens que chega ao mercado de trabalho varia entre 12 mil e 15 mil por ano. Esta disparidade faz subir o desemprego que ronda 23% da população ativa, em Díli, e 40% nas zonas rurais. Muitos jovens são atraídos para





as cidades e a capital registou um crescimento populacional rápido, de 175.730 habitantes, em 2004, para 234.026 cidadãos em 2010.

O país tem condicionalismos críticos a nível dos recursos humanos na economia e na administração pública. Um quinto dos timorenses são jovens, com idades compreendidas entre 15 e 24 anos, e as taxas de desemprego são elevadas. O nível baixo de escolaridade e de formação e o desenvolvimento limitado do setor privado não petrolífero, são fatores relevantes que dificultam a possibilidade de encontrar um emprego produtivo.

O regime transitório de segurança social para os funcionários públicos e familiares dependentes pode ser o embrião do sistema universal contributivo de segurança social no setor público e privado, para que tenham direito a pensão em caso de reforma, incapacidade ou morte. Segundo registo do Ministério da Solidariedade Social, em 2012 havia cerca de 29,1 mil combatentes da libertação nacional e beneficiários dos mártires que recebiam pensão²⁴.

2.6 Outras áreas

Algumas instituições e dadores internacionais têm dado relevo à cooperação e ajuda ao desenvolvimento de Timor-Leste. A título de exemplo, refere-se o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD) e a Agência de Cooperação Internacional do Japão como principais parceiros para as estradas nacionais, a par da União Europeia e da Agência Australiana para o Desenvolvimento Internacional para as estradas rurais.

No subsetor de abastecimento de água, o BAsD e a Agência de Cooperação Internacional do Japão colaboram a nível do abastecimento urbano, enquanto a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e a Agência Australiana para o Desenvolvimento Internacional se têm concentrado no abastecimento de água no espaço rural.

O governo tem tido grande empenho com a educação e a formação técnica e profissional, com a assistência prestada por diversos parceiros de desenvolvimento, incluindo a Organização Internacional do Trabalho, a Comissão Europeia e os governos da Austrália e Irlanda.

O programa de apoio a Timor-Leste desenhado pelas entidades do Grupo do Banco Mundial para o período 2013 – 2017 está estruturado em torno de três áreas incluídas no Plano de Desenvolvimento Estratégico e no programa do 5.º governo constitucional, designadamente: (i) a melhoria da gestão e prestação de serviços de educação, saúde e nutrição, e proteção social (pilar Capital Social do PED); (ii) infraestruturas para ligar as comunidades aos mercados e (iii) apoio ao desenvolvimento económico para uma economia não-petrolífera. Os projetos nas áreas assinaladas vão ter subjacente a ênfase transversal no fortalecimento institucional.

²⁴ Ver Timor-Leste em números, op. cit. pág. 53.





3. INTERNACIONALIZAÇÃO DE TIMOR-LESTE

A estratégia de internacionalização das empresas implica uma pesquisa e seleção prévias de abordagem à entrada nos mercados externos. Em função das motivações e do nível de risco a comportar, os investidores dotam-se de conhecimentos sobre o ambiente de negócios das economias potencialmente recetoras dos investimentos e a posição relativa do país em termos da facilidade de fazer negócios. Para as autoridades timorenses é útil dispor destes instrumentos para analisar o posicionamento nacional face a economias regionais e a outras com as quais haja afinidades.

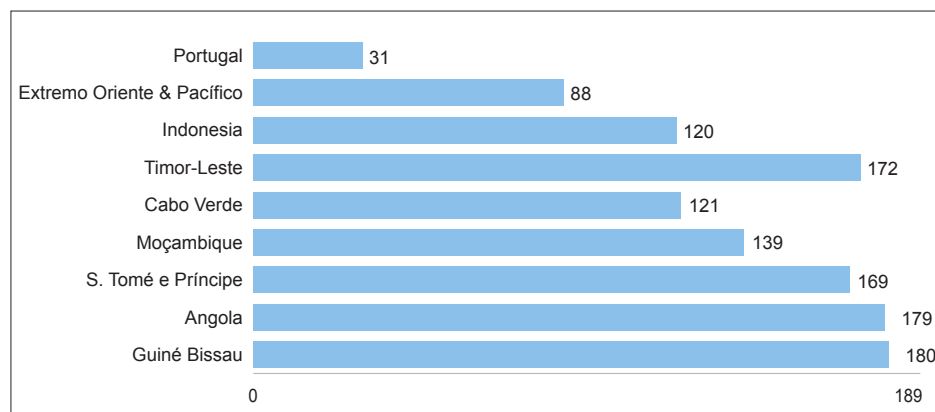
3.1 Ambiente de investimento

Para melhor perceção das potencialidades e fatores críticos inibidores do desenvolvimento das relações bilaterais, o meio empresarial tem em consideração dois índices – *Doing Business* e Grau de Competitividade das economias, entre outros.

O Índice *Doing Business* compara a situação de 189 países e elabora um ranking, em que a posição mais elevada indica uma regulação mais simples e maior proteção dos direitos de propriedade. Nesse conjunto, em 2014, Timor-Leste ocupa a 172.^a posição em termos do ambiente para o negócio.

O gráfico seguinte mostra a classificação atual de Timor-Leste, Portugal e dos PALOP, na medida em que, para os empresários interessados em fazer negócio, é relevante situar o país face a outros lusófonos utilizando, para o efeito, as classificações concedidas por entidades internacionais.

Ranking *Doing Business* 2014 Comparação de Timor-Leste com outras economias



Fonte: Banco Mundial, 2014.

O Índice *Doing Business* permite obter informação sobre o grau de dificuldade que um empresário pode ter para iniciar um negócio de média dimensão, que cumpra os requisitos legais do país²⁵. O Índice mede e controla as alterações em regulamentos que afetam 11 áreas do ciclo de vida de um negócio: Iniciar um negócio, obtenção de alvarás de construção, obtenção de electricidade, registo de propriedade, obtenção de crédito, proteção de investidores, pagamento de impostos, facilidade de comércio intencional, execução de contratos e resolução de insolvências.

25 “Facilidade em fazer negócios” e a “Distância face à fronteira (*benchmarking*)” são duas medidas agregadas:

O ranking da “Facilidade de fazer negócios” compara as economias de um universo de 189 países;

A “Distância face à fronteira” mede o afastamento de cada economia do *benchmark*, ou seja, mede a distância absoluta para o melhor desempenho de cada indicador.

Utilizam-se as duas medidas em comparações ao longo do tempo: a distância até à fronteira (*benchmark*) mostra a evolução do ambiente local em termos absolutos, ao longo do tempo; o ranking da facilidade de fazer negócios mostra a evolução relativa no conjunto das 189 economias.





A metodologia de cálculo do Índice *Doing Business* tem limitações:

- Algumas áreas importantes para os negócios não são tratadas, como é o caso da proximidade de grandes mercados, segurança da propriedade, transparência das compras governamentais, condições macroeconómicas ou a qualidade das instituições;
- Os indicadores referem-se a um tipo específico de negócio, geralmente uma sociedade de responsabilidade limitada a operar na maior cidade de negócios de cada país, o que pode dar uma ideia enviesada da realidade global de cada economia.

A título de exemplo, o indicador relativo à obtenção de eletricidade refere-se à cidade de Díli e não tem em conta a distribuição elétrica que haja noutras cidades timorenses.

Apesar das limitações do Índice é relevante a posição relativa de Timor-Leste em diversas áreas de negócio, comparativamente a Portugal e aos PALOP, conforme se indica no quadro seguinte. A multiplicidade de indicadores permite ter uma ideia mais clara sobre o ambiente de negócios e as dificuldades a ultrapassar pelos agentes interessados em investir ou fazer negócio no país.

Ranking *Doing Business* 2014 Comparação entre os PALOP, Timor-Leste e Portugal

País	Timor-Leste	Angola	Cabo Verde	Guiné Bissau	Moçambique	Portugal	S. Tomé e Príncipe
População (milhões)	1,1	20,8	0,49	1,6	25,2	10,5	0,19
Classificação 2014	172	179	121	180	139	31	169
Iniciar um negócio	154	178	66	159	95	32	98
Obtenção de alvarás de construção	128	65	135	119	77	76	103
Obtenção de eletricidade	44	170	151	188	171	36	73
Registo de propriedade	189	132	64	170	152	30	165
Obtenção de crédito	165	130	109	130	130	109	186
Proteção de investidores	115	80	138	138	52	52	157
Pagamento de impostos	55	155	80	153	129	81	156
Facilidade de comércio internacional	92	169	95	125	131	25	102
Execução de contratos	189	187	35	148	145	24	183
Resolução de insolvências	189	189	189	189	148	23	166

Fonte: Banco Mundial, 2014.

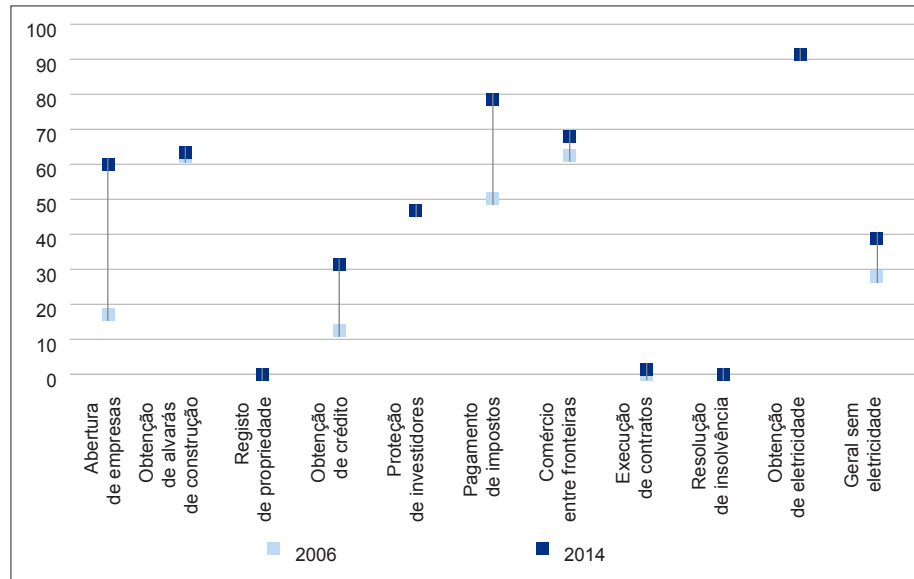
Para melhor avaliar a qualidade das alterações que cada país vai fazendo a cada ano, o *Doing Business* introduz o parâmetro “distância até à fronteira” que mostra quão longe, em média, a economia está face ao melhor desempenho alcançado nesse indicador (*benchmark*). Assim, comparando os indicadores de uma economia em dois pontos no tempo, pode avaliar-se se o quadro regulamentar se aproximou/afastou das práticas mais eficientes. Este parâmetro varia entre 0 e 100, onde 100 representa o melhor desempenho (a fronteira).

O gráfico seguinte mostra a evolução de Timor-Leste, entre 2006 e 2014, nos indicadores avaliados pelo *Doing Business*.





Doing Business 2014 Evolução dos indicadores



Fonte: Banco Mundial, 2014.

Desde 2006 verifica-se uma evolução positiva em áreas que afetam o negócio, como por exemplo na abertura de empresas, obtenção de crédito e pagamento de impostos. Não se verifica qualquer alteração na obtenção de alvarás de construção, na proteção de investidores ou na distribuição de eletricidade ao consumidor final. As áreas sem qualquer evolução (com parâmetro 0) são o registo de propriedade, a execução de contratos e a resolução de insolvência.

No meio empresarial também se tem em consideração o Índice de Competitividade Global divulgado pelo Fórum Económico Mundial que a seguir se apresenta.

Competitividade Global

No conjunto de 148 países, Timor-Leste ocupa a 138.^a posição na edição *The Global Competitiveness Report 2013-2014* do Fórum Económico Mundial (FEM), que mede o grau de competitividade das economias.

O FEM define competitividade como o conjunto de instituições, políticas e fatores determinantes do nível de produtividade de um país que, por sua vez, condicionam a prosperidade passível de ser alcançada e o bem-estar dos cidadãos. O aumento da competitividade é um processo que requer tempo, esforço, melhorias em muitas áreas e compromissos de longa duração entre as partes relevantes para a mobilização de recursos.

O relatório de 2014 debruça-se sobre 148 economias e elabora um *ranking* global que contempla mais de 100 indicadores, agrupados em doze pilares.

O leque de fatores abrange: qualidade das instituições, rede de infraestruturas, estabilidade macroeconómica, desenvolvimento do capital humano, eficiência do mercado de trabalho e do sistema financeiro que são relevantes na análise da competitividade global das economias.

Para as empresas portuguesas, potencialmente interessadas em fazer negócios com Timor-Leste, é relevante ter um quadro de referência que inclua Portugal e os PALOP. Através da aplicação dos critérios de análise da competitividade obtêm-se os resultados indicados na tabela seguinte²⁶.

²⁶ Ver *Global Competitiveness Report 2013-2014*





Pilares do *ranking* de Competitividade Global Comparação entre os PALOP, Timor-Leste e Portugal

Pilares / País	Timor-Leste	Angola	Cabo Verde	Moçambique	Portugal	
Índice de Competitividade Global	138	142	122	137	51	
Requisitos Básicos	1.º Pilar: Instituições	106	145	69	120	46
	2.º Pilar: Infraestruturas	138	145	116	130	22
	3.º Pilar: Ambiente macroeconómico	35	54	128	98	124
	4.º Pilar: Saúde e educação primária	121	137	75	138	27
Eficiência	5.º Pilar: Educação superior e formação	134	147	94	143	28
	6.º Pilar: Eficiência do mercado de bens	134	146	112	125	72
	7.º Pilar: Eficiência do mercado laboral	109	134	129	125	126
	8.º Pilar: Desenvolvimento do sistema financeiro	141	145	127	132	114
	9.º Pilar: Disponibilidade de tecnologias	145	138	91	123	27
	10.º Pilar: Dimensão do mercado	142	65	148	104	50
Inovação e Sofisticação	11.ª Pilar: Sofisticação dos negócios	140	143	121	135	57
	12.ª Pilar: Inovação	134	147	116	128	29

Fonte: *The Global Competitiveness Report 2013-2014*.

O Fórum Económico Mundial não analisa São Tomé e Príncipe e a Guiné Bissau e verifica-se que, entre os países classificados, Timor-Leste ocupa uma posição próxima de Moçambique na avaliação do grau de competitividade.

Os estrangulamentos mais prementes das economias com classificações mais baixas estão ligados à insuficiência das infraestruturas, de recursos humanos qualificados e à dimensão reduzida do mercado.

3.2 Condições legais para a internacionalização

A existência de um quadro legal favorável ao investimento é uma das condições essenciais para o desenvolvimento dos negócios. Nos últimos anos Timor-Leste aprovou um conjunto de legislação que potencia a promoção de projetos relevantes, designadamente:

- Código Civil
- Lei do Investimento
- Código Laboral

O *Código Civil* foi aprovado pela Lei n.º 10/2011, de 14 de setembro, e em consequência do artigo 17.º e do artigo 3.º n.º 1 do Regulamento 1/1999 da UNTAET foi revogado o Código Civil Indonésio, até então aplicado no país. O Código Civil entrou em vigor a 15 de março de 2012, foi influenciado pelo Diploma Legal homólogo português, e é composto por cinco livros, designados por: I – Parte Geral, II – Direito das Obrigações, III – Direito das Coisas, IV – Direito da Família e V – Direito das Sucessões. Neste domínio o país está dotado de lei própria, que regula as relações e negócios jurídicos celebrados entre particulares, nas relações jurídicas decorrentes da vida em sociedade.

O *Investimento Privado* encontra-se regulado pela Lei n.º 14/2011 de 28 de setembro que não faz distinção entre investimento nacional e estrangeiro. Nas disposições gerais da lei em apreço considera-se “Investidor Estrangeiro” uma pessoa singular nacional de outro Estado ou uma pessoa coletiva em que pelo menos 25% das participações sociais com direito a voto sejam detidas por pessoas singulares nacionais de outro Estado ou por outras pessoas coletivas também estrangeiras²⁷.

²⁷ Lei n.º 14-2011 de 28 de setembro alínea j), publicada no Jornal da República, série I, n.º 36 de 28 de setembro de 2011.





O investimento ou reinvestimento pode assumir diversas formas (artigo 7.º):

- a) Estabelecimento de uma empresa de acordo com a legislação local;
- b) Aquisição de partes ou a totalidade das participações sociais de uma empresa ou participação no aumento do seu capital;
- c) Celebração e alteração de contratos de consórcio, associações, *joint ventures* e qualquer outra forma de contrato de associação permitida, ainda que não prevista na lei vigente no país;
- d) Celebração e alteração de contratos envolvendo a propriedade ou a gestão de empresas, estabelecimentos de natureza agrícola, industrial e comercial, complexos imobiliários e outras instalações para desenvolvimento de atividades económicas;
- e) Empréstimos ou prestações suplementares de capitais, feitos por um investidor a uma empresa onde participe ou quaisquer empréstimos relacionados com reinvestimento na empresa ou participação nos lucros;
- f) Compra, arrendamento ou aquisição de quaisquer outros direitos reais sobre bens imóveis em território nacional, quando essa aquisição se integre em projetos de investimento privado.

No parágrafo 1 do Artigo 8.º relativo às “Exceções à livre iniciativa de investimento” é dito que para promover o investimento privado, o Estado pode conceder benefícios e incentivos a investidores elegíveis. O investimento é autorizado em qualquer setor de atividade económica no país, com as exceções previstas nos parágrafos 2 e 3, a saber:

- a) Atividades consideradas crime ou contraordenação ao abrigo da lei vigente em Timor-Leste;
- b) Atividades que possam interferir, de forma adversa, com os objetivos definidos para zonas protegidas atendendo à legislação ambiental em vigor;
- c) As atividades relacionadas com a distribuição ou venda de armamento ou munições;
- d) As atividades reservadas ao Estado ou a alguns tipos de investidores.

O artigo 10.º estipula que um investidor estrangeiro ou nacional não residente só tem acesso aos incentivos e benefícios estabelecidos nesta Lei para um investimento ou reinvestimento com um montante mínimo de um milhão e quinhentos mil dólares, com realização em dinheiro de, pelo menos, 50% do valor total do investimento ou reinvestimento. No caso de contratos de associação entre investidores estrangeiros e nacionais residentes, em que os nacionais residentes controlem pelo menos 75% das participações sociais, o valor mínimo de investimento ou reinvestimento para acesso a benefícios e incentivos é de 750 mil dólares.

Para fomentar o investimento privado fora das áreas urbanas de Díli e Baucau, o Estado concede benefícios e incentivos mais vantajosos às Zonas Especiais (artigo 9.º):

- a) Zonas Rurais, localizadas fora dos limites dos subdistritos de Cristo Rei, Dom Aleixo, Nain Feto, Vera Cruz e Baucau;
- b) Zonas Periféricas, correspondentes ao distrito de Oecussi e ao subdistrito de Ataúro.

Por sua vez o artigo 11.º prevê a criação de Zonas Francas.

Garantias e Direitos do Investidor Estrangeiro:

- Igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, exceto quanto aos valores mínimos de investimento e propriedade da terra (artigo 3.º, h), i));
- Direito de acesso aos tribunais (artigo 13.º);
- Propriedade da terra e sua utilização (artigo 14.º);
- Importação e exportação (importação de bens e equipamentos e exportação de produção, artigo 15.º);
- Recurso ao crédito (interno e externo, artigo 16.º);





- Transferência de fundos para o estrangeiro (lucros, dividendos, capitais provenientes da venda, liquidação e extinção de participações sociais ou empresas, rendimentos, indemnizações e outros previstos no artigo 17.º);
- Contratação de trabalhadores (nacionais ou estrangeiros, artigo 18.º);
- Proteção da propriedade intelectual (patentes, marcas comerciais, logótipos, nomes ou insígnias de estabelecimento, artigo 19.º);
- Direito ao sigilo (profissional, bancário e comercial, artigo 20.º).

O *Código Laboral* para Timor-Leste foi aprovado através do Regulamento UNTAET n.º 2002/05, de 1 de maio. Este diploma disciplina as relações de trabalho no território.

A *propriedade privada da terra* é um direito dos timorenses reconhecido no artigo 54.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste. O pleno exercício deste direito depende da resolução do estado de indefinição quanto à titularidade dos bens imóveis.

No período de 23 de novembro de 2012 a 15 de fevereiro de 2013 decorreu uma consulta pública do pacote de Lei de Terras, para revisão do esboço apresentado e discutido pelo anterior Governo, a que é dado seguimento, tendo como base a política de continuidade do V Governo Constitucional.

Na consulta pública, realizada no dia 23 de novembro de 2012, com o apoio do *Justice System Project* (JSP) do *United Nations Development Program* (UNDP), estiveram em discussão os documentos seguintes:

- Regime Especial para a Definição da Titularidade dos Bens Imóveis,
- Lei das Expropriações,
- Lei do Fundo Financeiro Imobiliário.

A consulta abrangeu todos os agentes interessados e os documentos foram enviados a todos os chefes de suco. O Ministério da Justiça recebeu um total de 18 comentários.

O texto do Regime Especial para a Definição da Titularidade de Bens Imóveis (Lei das Terras) veda a propriedade plena a cidadãos estrangeiros, em conformidade com a Constituição, e a sociedades. No que respeita aos estrangeiros a título individual, a proposta de Lei determina que os bens imóveis de estrangeiros titulares de direito anterior revertam para o Estado, salvaguardando que podem continuar a utilizá-los por meio de contrato de arrendamento com o Estado timorense.

Serviço de Registo e Verificação Empresarial

A promoção do Investimento no Comércio e Indústria é relevante para o desenvolvimento do território. Para facilitar e organizar o registo comercial e o licenciamento de atividades económicas, o Governo criou o Serviço de Registo e Verificação Empresarial (SERVE) e estabeleceu um Novo Sistema de Registo e de Licenciamento Comercial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 35/2012 de 18 de julho²⁸.

Considerando a importância de encurtar o tempo e as visitas aos diversos departamentos competentes, o SERVE concentra no mesmo local todas as atividades relacionadas com o registo e licenciamento comercial no mesmo local, para facilitar e agilizar o registo e o início de atividades comerciais por parte das sociedades e do empresário em nome individual.

O SERVE tem como finalidade prestar os serviços públicos relacionados com o registo comercial e licenciamento de atividades comerciais, no que diz respeito aos procedimentos administrativos respetivos, de maneira simplificada e célere (Artigo 4.º).

²⁸ Publicado no Jornal da República, Série I, n.º 25 A, que pode ser consultado no link http://www.jornal.gov.tl/public/docs/2012/serie_1/serie1_no25a.pdf.





O SERVE tem os seguintes fins e atribuições:

- a) Efetuar o Registo de sociedades e empresários em nome individual;
- b) Emitir o Número Único da Empresa, do empresário e do empresário em nome individual;
- c) Emitir os Certificados de Registo Comercial;
- d) Verificar a situação jurídica da sociedade, empresário ou do empresário em nome individual;
- e) Emitir e renovar a Autorização para Exercício de Atividades;
- f) Promover e facilitar a tramitação do licenciamento de atividades comerciais, bem como a sua renovação;
- g) Promover e facilitar a obtenção de visto adequado para o empresário ou investidor estrangeiro;
- h) Submeter à entidade competente o pedido de liquidação da sociedade;
- i) Efetuar o cancelamento da Autorização para Exercício de Atividade, do registo da sociedade ou do empresário em nome individual;
- j) Criar e manter atualizada uma base dados com o registo e licenciamento de atividades comerciais;
- k) Realizar outras atividades que pela sua natureza não se mostrem contrárias aos seus objetivos.

No âmbito do registo e licenciamento de empresas é necessário realizar um conjunto de procedimentos, resumidos na tabela seguinte:

Procedimentos para abertura de uma empresa	
1	Depositar o capital mínimo no banco
2	Verificar elegibilidade da designação social, registar a designação e entregar os estatutos no Ministério da Justiça
3	Publicar os estatutos no Diário da República
4	Obter o número de identificação fiscal
5	Notificar a Direção do Trabalho
6	Solicitar licença temporária no Ministério do Turismo, Comercio e Indústria
7	Obter carimbo da empresa
8	Obter matrícula do comércio (definitiva)

Fonte: Banco Mundial, 2014.

Agência Especializada de Investimento

A Agência Especializada de Investimento, denominada 'TradeInvest Timor-Leste', sucedeu ao Instituto de Promoção de Investimento Externo e Exportação conforme a Lei n.º 14/2011 de 28 de setembro, com funções redefinidas.

A Agência Especializada de Investimento tem competência para promover, facilitar, coordenar e acompanhar o investimento privado, proveniente de investidores nacionais e internacionais nos termos do Decreto-Lei 24/2012.

Foi redefinido o papel do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE) no apoio ao desenvolvimento, acompanhamento, promoção, formação e capacitação empresarial das microempresas, pequenas e médias empresas e das cooperativas nas áreas rurais e urbanas²⁹. O IADE é uma entidade de direito público, com autonomia administrativa e financeira e património próprio. Tem sede em Díli e dispõe de Centros de Desenvolvimento Empresarial (CDE) instalados no país para prestar assistência aos empresários interessados no desenvolvimento e gestão de um negócio. Os CDE divulgam informação junto dos empresários sobre as oportunidades de negócio e de investimento.

²⁹ Decreto-Lei 24/2012, Instituto de apoio ao desenvolvimento empresarial (IADE), artigos 2.º e 6.º, publicado no Jornal da República, série I, n.º 24, 24 de julho.





O *certificado de Investidor* é um documento que comprova os direitos e deveres do promotor e é emitido mediante certos valores mínimos de investimento ou reinvestimento:

- 50 mil dólares para o investidor nacional residente (o investimento em dinheiro deve ser de pelo menos 10% do valor total do investimento /reinvestimento).
- 1,5 milhões de dólares para o investidor estrangeiro ou nacional não residente (o investimento em dinheiro deve ser de pelo menos 50% do valor total do investimento/reinvestimento).
- 750 mil dólares para o investimento ou reinvestimento detido em 75% por nacionais residentes (nos casos de contratos de associação entre promotores estrangeiros e nacionais residentes).

Para favorecer o desenvolvimento económico das “Zonas Especiais” (Zonas Rurais e Zonas Periféricas) foram previstos benefícios de isenção total do imposto sobre o rendimento, sobre as vendas e serviços e sobre o pagamento de direitos aduaneiros na importação, a vigorar durante os seguintes períodos:

- 5 anos, em Díli e Baucau
- 8 anos, nas Zonas Rurais
- 10 anos, nas Zonas Periféricas.

Pelo teor da legislação aprovada verifica-se que tem havido uma evolução favorável ao desenvolvimento do investimento privado. Atendendo às restrições previstas na lei que reserva para o Estado as atividades ligadas ao petróleo, gás natural e indústria extrativa, as áreas mais relevantes para o investimento privado são o turismo, a agricultura e o desenvolvimento rural.

3.3 Promoção do turismo



Ilha de Jaco

A cultura única, o legado colonial português e a história de Resistência são atrativos para o visitante que podem ser valorizados. O território possui um património cultural rico em idiomas, danças, músicas e outras formas de expressão artística. Timor-Leste tem 38 línguas maternas: 34 locais e 4 línguas internacionais. As línguas locais mais faladas no território são: *tétum, mambai, makasae, kemak, bunak, tokodese e fataluku*. As línguas mais utilizadas no território são o português, o inglês, o bahasa da Indonésia e o chinês. A variedade de línguas é um fator de riqueza para o país, embora possa ter inconvenientes para o desenvolvimento social³⁰.

Há recursos com potencial turístico em diversos distritos agrupados em cinco zonas: leste, norte, centro sul e oeste.

A zona leste abrange os distritos de Lautem, Viqueque e Baucau, com as praias de Com e de Wata-boo, a ilha de Jaco, a Lagoa de Iralalaro, o Parque Nacional Nini Koris Santana, a Cascata de Loi-Hunu, o Monte Mundo Perdido e a Montanha de Matebian. Acrescem as culturas e valores tradicionais como é o caso das cerimónias da Casa Sagrada (Uma Lulik), rituais dos pescadores (Machie) e outros. Há também várias ruínas de edifícios portugueses e indonésios e lugares relevantes do tempo da luta pela libertação. Na zona centro dos distritos de Aileu, Ermera e Ainaro encontram-se as paisagens de

30 Ver Costa, C., Brandão, F., Costa, R. & Breda, Z. (2014), Turismo nos Países Lusófonos: Conhecimento, Estratégia e Territórios, Escolar Editora, pág. 402.





montanha (Monte Ramelau, 2963 metros) e as plantações de café, a santuário de Nossa Senhora de Ramelau, festas culturais e eco-turismo.



Oecussi

Batugede. Em 2012 houve a comemoração dos 500 anos da chegada da primeira embarcação de portugueses a Lifau, Oecussi.

Algumas das zonas de potencial turístico referidas não têm infraestruturas hoteleiras e de apoio para receber visitantes. As estatísticas oficiais timorenses para 2011 indicam que havia 18 hotéis em todo o país, com uma oferta total de 869 quartos, 128 unidades de restauração e 10 agências de viagens, como já foi referido em **1.1 Estrutura produtiva**.

(Folha de S. Paulo, 16.ª Bienal Internacional do Livro de S. Paulo, 1981)³¹.

Literatura de Timor Leste foi toda destruída, diz bispo de Díli

ANDRÉ TARCHIANI SAVAZONI

repórter da Folha Online

Depois de ser tomado por tropas indonésias na época do referendo pela independência do país, Timor Leste ainda se recupera de um rastro de destruição: toda a sua literatura foi destruída, segundo o bispo Ximenes Belo, de Díli, capital timorense. (...) Timor passa por uma fase lenta de reconstrução e toda a literatura do país foi destruída pela invasão da Indonésia (...) “Todo o acervo literário e escolas foram arrasados”, afirmou Ximenes, lembrando que a produção nunca foi grande. “Livros, arquivos e nossa história foram queimados. Não restou nada.” (...)

O Memorial de Dare abriu em abril de 2010 e a primeira fase do Arquivo e Museu da Resistência Timorense foi concluída em 2005. Centenas de documentos sobre a Resistência foram digitalizados e estão disponíveis na internet e foi criada uma base de dados de cultura nacional de todas as regiões do território, usando fotografias e vídeos de artefactos, arquitetura, cerimónias, danças, músicas e artesanatos, materiais históricos e registos visuais de coleções sobre Timor-Leste espalhadas pelo mundo.

31 www1.folha.uol.com.br/foha/especial/bienal/bienal13.htm





Timor-Leste é uma das mais ricas regiões com pinturas rupestres em todo o Sudeste Asiático insular, com mais de 30 sítios e centenas de imagens conhecidas até à data. A maior parte da arte rupestre ocorre no Parque Nacional Konis Santana, datada de há cerca de 2.000 a 3.000 anos, sendo possível que alguma desta arte tenha 12.000 anos. As imagens incluem pessoas, animais e barcos³².

O artesanato tem um estilo original na tecelagem de tais, fabrico de joias, olaria, cestos, esculturas em madeira, trabalhos em metal e em couro.



Fabrico dos Tais.



A Importância dos Tais na Cultura Timorense

O Tais é o tecido tradicional de Timor-Leste, utilizado no vestuário e elaborado por mulheres, em teares de madeira, com fios de algodão, tingidos com corantes naturais e sintéticos. Os padrões são tradicionais, de diversas cores, com desenhos geométricos, conhecidos localmente como Kaif. Representam figuras antropomórficas e zoomórficas com diversos animais.

Os Tais desempenham um papel importante na cultura de Timor. São utilizados em cerimónias de homenagem, festas e rituais religiosos que celebram as etapas da vida do indivíduo: nascimento, casamento e enterro, em rituais anímicos, segundo o estatuto social. Também se usam na troca de presentes entre membros da comunidade.

Os Tais são uma herança cultural que identifica a família, a linhagem e o grupo étnico. Têm um papel primordial na sobrevivência e identidade do grupo e diferenciam-se pelos estilos, cores, motivos decorativos e técnicas de tecelagem. São motivo de grande orgulho para os timorenses, pela simbologia e tradição, e são um meio de sobrevivência para os seus produtores.

A indumentária nativa é composta pelos panos e vai dando lugar a vestes mais simples e modernas. É sobretudo nas cerimónias que os homens vestem panos retangulares, denominados tais manem, compostos por dois ou três panos cosidos entre si, que envergam à volta da cintura. As mulheres vestem tais feton justos ao corpo, usados à volta da cintura ou atravessados na zona do peito³³.

Particularizando o desenvolvimento futuro do turismo “por tema” encontram-se as especificidades relativas à História da Resistência, Turismo religioso e de peregrinação e eco-turismo que a seguir se apresentam.

História da Resistência

Muitos visitantes podem interessar-se pela história da luta pela autodeterminação do povo timorense e pela independência do país e visitar sítios de relevo onde se realizaram reuniões vitais da Resistência e foram travadas batalhas importantes contra os ocupantes. A visita a esses locais permite compreender as condições da luta e a coragem e determinação dos combatentes.

³² Ver PED, op. citada.

³³ Ver Gabinete Património Histórico da CGD in “A Importância dos Tais na Cultura Timorense”, Célia Moutinho, julho de 2012.





Soiabada (Manatuto) – em maio de 1976, quando foram estabelecidas as bases para a resistência organizada, no seguimento da invasão Indonésia a Timor-Leste, em dezembro de 1975;

Monte Matebian no leste do país — onde 140.000 civis foram cercados e bombardeados por forças ocupantes em novembro de 1978;

Laline/Lakluta (Viqueque) — onde teve lugar a 1.ª Conferência Nacional para a reorganização da luta, em março de 1981, e foi adotada uma nova estratégia para a resistência;

Lari-Gutu (Viqueque) — local das primeiras negociações para o cessar-fogo entre o comandante dos militares indonésios e a resistência de Timor-Leste, a 20 de março de 1983;

O Palácio do Governo em Díli, onde a FRETILIN declarou unilateralmente Timor-Leste como Nação independente a 28 de novembro de 1975;

O cemitério de Santa Cruz em Díli onde pelo menos 250 manifestantes pró-independência foram massacrados em novembro de 1991, um evento que foi filmado e alertou a opinião mundial contra a ocupação de Timor-Leste.³⁴

Turismo religioso e de peregrinação

A fé e a religião têm grande importância para o povo timorense. A cultura e crença são reforçadas pelo Lulik (sagrado), a fé animista em que se adoram os espíritos dos mortos. Estes espíritos estão presentes na paisagem, rochedos, animais, ribeiras e objetos dotados de poder espiritual. A mostra dos sítios e objetos Lulik e o ensinamento das crenças e legado Lulik permitem que os visitantes entendam melhor a cultura local.

A estátua do Cristo Rei em cima de um globo é semelhante à que existe no Rio de Janeiro, no Brasil. Até à estátua sobem-se mais de 500 degraus, pelas Estações da Cruz, com miradouro sobre a capital e as praias e colinas circundantes.

Locais de peregrinação religiosa

Soibada, junto da colina Aitara, com um enorme gondeiro e um santuário dedicado a Nossa Senhora de Aitara, no local onde a Virgem Maria terá aparecido a várias mulheres. O santuário, a igreja e o convento foram construídos no local há mais de 100 anos.

O topo do Monte Ramelau, com uma estátua da Virgem Maria, num local de grande beleza natural, visitada por peregrinos, vindos de grandes distâncias, movidos pela fé e devoção.



Cristo Rei.

Turismo Ecológico

O Parque Nacional Nino Konis Santana é o primeiro parque nacional oficialmente inaugurado em 1 de agosto de 2008. Tem uma área total de 1.236 km², dos quais 556 km² são uma área marinha, e estende-se pelos sucos de Tutuala, Loré I, Com, Mehara, Muapitine e Bauro. Alberga no seu interior alguns milhares de residentes e foi batizado com este nome em honra a Nino Konis Santana, comandante fundador das FALINTIL – Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor-Leste- que nasceu em Tutuala, uma vila do distrito de Lautém, integrada na área do Parque.

³⁴ Moutinho, julho de 2012.
Ver PED, op. cit., pág.174





Tutuala.

Sul, e cumpre os requisitos estabelecidos pela IUCN para *Paisagem protegida da categoria V* porque concilia a protecção ambiental com a extração sustentável de recursos pelas comunidades locais³⁵.

Para além do interesse natural do Parque, esta zona de Timor-Leste foi um dos baluartes do movimento de resistência e de luta pela independência do país. A região é habitada continuamente há mais de 40 mil anos, é muito rica do ponto de vista do património arqueológico e tem locais evocativos da presença colonial portuguesa e do período da ocupação japonesa durante a II Guerra Mundial. As grutas de Ili-kere-kere, nas proximidades da praia de Tutuala, têm pinturas rupestres e nos depósitos calcários da gruta de Jerimalai foram encontrados restos arqueológicos com milhares de anos, sendo os vestígios da presença humana mais antigos conhecidos na região das Pequenas Ilhas de Sonda.

A ilha de *Jaco* é uma ilhota localizada no ponto mais oriental da ilha de Timor, separada por um canal estreito, atravessável por pequenos barcos. A ilha de Jaco tem cerca de 11 km² de área e a maior altitude ronda os 100 metros. É inabitada, de grande beleza natural, com praias de areia branca e é habitat de espécies de aves endémicas – o pombo-cuco-pardo e o assoviador-de-peito-creme. Pela sua importância para a conservação da biodiversidade, Jaco foi incluída no Parque Nacional *Nino Konis Santana*.

A ilha de *Ataúro* tem 104 km² de área e 25 km de comprimento, e nela habitam oito mil pessoas das quais uma boa parte vive da pesca tradicional de lanças e redes. Os artesãos produzem esculturas em madeira, talheres, decorações, barcos miniatura, cestos, tapetes e chapéus.

*Ataúro é rodeada por um recife que continua virgem na maior parte dos locais à volta da ilha. A vida marinha inclui baleias, golfinhos e dugongos, peixes de coral, tubarões, corais duros e moles, nudibrânquios, pepinos de mar, minhocas, conchas, estrelas-do-mar, enguias e tartarugas. Ataúro é também um paraíso para os ornitólogos devido à diversidade das suas aves, algumas das quais não existem em mais lado nenhum do mundo*³⁶.

As termas perto de Marobo são um complexo de ruínas portuguesas e de uma antiga pousada. Quando forem recuperadas podem ser um escape relaxante em praias e águas termais de montanha para o visitante retemperar forças.

Nos últimos dez anos estiveram em Timor-Leste mais de 160 mil funcionários das Nações Unidas incluindo cerca de 7 mil portugueses que podem visitar o país, acompanhados dos familiares e amigos.

³⁵ A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN ou *International Union for Conservation of Nature*) é uma organização internacional dedicada à conservação dos recursos naturais.

³⁶ Ver PED, op. cit.





4. RELAÇÕES BILATERAIS COM PORTUGAL

As relações de comércio bilateral entre Portugal e Timor-Leste apresentam ainda uma situação pouco expressiva. Desde 2011, o país ocupa posições equivalentes ou superiores ao 100.º lugar, quer como cliente de Portugal, quer enquanto fornecedor.

4.1 Relações comerciais e de investimento

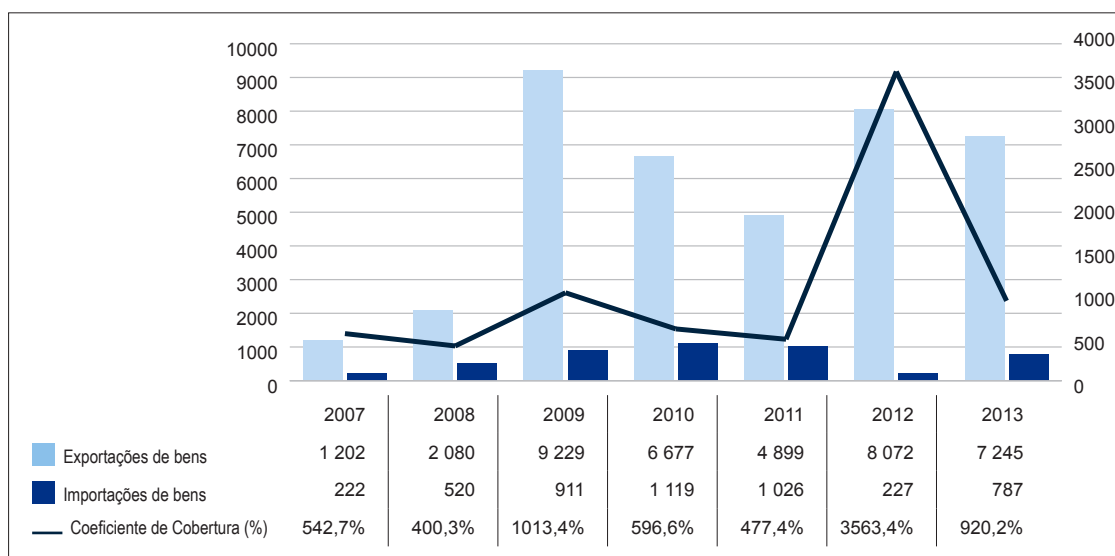
Entre 2007 e 2013, as exportações portuguesas para Timor-Leste registaram um crescimento ao passar de 1,2 milhões de euros para 7,2 milhões de euros. O valor mais alto ocorreu em 2009, com 9,2 milhões de euros. Nos anos posteriores a evolução foi volátil tendo registado, em 2013, uma descida de 10,2% face ao ano anterior, ao cifrar-se em 7,2 milhões de euros. O número de empresas a exportar para Timor-Leste aumentou, de forma contínua, de 52 em 2008 para 146 no final de 2012.

As importações aumentaram consecutivamente entre 2007 e 2010 e, neste último ano, ascenderam a 1,1 milhões de euros, o valor mais elevado do período em análise. Em 2012 verificou-se uma quebra de 78% e, em 2013, os quantitativos voltaram a aumentar para 787 mil euros.

No website do Banco de Portugal não se encontram dados disponíveis relativos às transações de serviços, nem do volume de investimento direto bilateral.

Balança Comercial Bilateral

(€ milhares, %)



Fonte: INE, 2014.

As importações portuguesas de Timor-Leste têm sido quase exclusivamente de café. Em 2013, pela primeira vez, incluíram também a classe de bens – Encerados e toldos, tendas, velas para embarcações, para pranchas à vela ou para carros à vela – que contribuíram com 9% para o valor total das importações.

Na análise seguinte pretende-se identificar a importância de Portugal nos grupos de produtos com maior peso nas exportações para Timor-Leste e aqueles que apresentam maior potencialidade de crescimento no mercado timorense. Por indisponibilidade dos valores de Timor-Leste relativos a 2013, a análise cruzada foi realizada com os dados de 2012.

Na tabela seguinte estão mencionados 12 grupos de bens (NC2 – nomenclatura combinada a 2 dígitos) representativos de 90% do valor total das exportações portuguesas para Timor-Leste em 2012,





sendo que os 4 primeiros grupos contribuem com 75% dos bens exportados – máquinas e aparelhos eléctricos, livros e jornais, bebidas alcoólicas e obras de ferro ou aço. Com exceção de um grupo de bens (classe 49), onde Portugal apresenta uma quota de mercado de 60,9%, existem oportunidades significativas para incrementar as vendas junto do mercado timorense pois, de um modo geral, verificam-se quotas de mercado inferiores a 5% a par de taxas de crescimento médio anual elevadas no período entre 2009 e 2012.

Principais exportações de Portugal para Timor-Leste

Produtos (N.C.2)	Exportações de Portugal		% Total 2012	TCMA 2009-12	Importações de Timor-Leste do Mundo		Quota de mercado de Portugal (%)
	Mundo	Timor-Leste			2012 (EUR milhares)	2012 (EUR milhares)	
	2012 (EUR milhares)						
85 Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos	3 934 164	3 003	39,6%	5,9%	66 512	4,5%	
49 Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias gráficas	79 450	1 483	19,6%	77,1%	2 435	60,9%	
22 Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	1 111 407	693	9,1%	18,9%	18 605	3,7%	
73 Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1 313 853	509	6,7%	208,4%	19 754	2,6%	
84 Reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	2 927 955	255	3,4%	14,9%	88 031	0,3%	
16 Preparações de carne, de peixes, de crustáceos e de moluscos	282 772	201	2,6%	17,3%	4 637	4,3%	
15 Gorduras e óleos animais ou vegetais	447 698	174	2,3%	87,4%	7 723	2,3%	
3 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	585 270	146	1,9%	78,2%	1 311	11,2%	
63 Outros artefactos têxteis confeccionados, calçado e chapéus	509 284	111	1,5%	148,3%	24 351	0,5%	
4 Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal,	333 676	106	1,4%	82,7%	6 003	1,8%	
19 Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou leite; produtos de pastelaria	256 709	102	1,3%	81,1%	14 730	0,7%	
20 Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas	344 472	81	1,1%	40,5%	1 741	4,6%	

Fonte: ITC, março 2014.

Numa análise mais detalhada, (NC4 – nomenclatura combinada a 4 dígitos), constata-se que 55,1% das exportações portuguesas centram-se em 3 classes de bens – aparelhos telefónicos e de transmissão (classe 8517), livros e brochuras (classe 4901) e vinhos de uvas frescas (classe 2204) – explicitados na tabela seguinte.





Principais exportações de Portugal para Timor-Leste

Produtos (N.C.4)	Exportações de Portugal		% Total 2012	TCMA 2009-12	Importações de Timor-Leste do Mundo 2012 (EUR milhares)	Quota de mercado de Portugal (%)
	Mundo	Timor-Leste				
	2012 (EUR milhares)					
8517 Aparelhos telefónicos, p/redes sem fio, de transmissão ou recepção de voz, imagens	121 699	2 148	28,3%	40,9%	11 648	18,4%
4901 Livros, brochuras e impressos semelhantes, mesmo em folhas soltas	56 527	1 443	19,0%	75,8%	1 645	87,8%
2204 Vinhos de uvas frescas	707 484	588	7,8%	19,3%	1 075	54,7%
7308 Construções e suas partes de ferro fundido, ferro ou aço (excepto produtos da posição 9406)	389 886	449	5,9%	273,4%	8 432	5,3%
1509 Azeite de oliveira e suas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados	263 709	170	2,2%	86,5%	186	91,2%
8537 Quadros, painéis, consolas, cabinas, armários e outros suportes com >=2 aparelhos das posições 8535 ou 8536	293 839	162	2,1%	572,0%	1 083	14,9%
1601 Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miudezas ou de sangue	74 317	104	1,4%	24,5%	2 018	5,2%
303 Peixes congelados, exceto produtos da posição 0304	116 444	85	1,1%	213,6%	504	16,8%
1604 Preparações e conservas, de peixes; caviar e seus sucedâneos preparados a partir de ovas de peixe	182 180	79	1,0%	34,0%	2 148	3,7%
8471 Máquinas automáticas para processamento de dados, leitores magnéticos ou ópticos	113 694	72	0,9%	1,5%	1 451	4,9%
8536 Aparelhos para interrupção, derivação, ligação ou conexão de circuitos eléctricos (potência inferior a 1000 volts)	286 843	68	0,9%	781,6%	1 474	4,6%
1905 Produtos de padaria, de pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	169 440	51	0,7%	143,0%	4 584	1,1%

Fonte: ITC, março 2014.

Destaca-se a posição de Portugal nos livros e brochuras (classe 4901, quota de mercado de 87,8%) e no azeite de oliveira (classe 1509, quota de mercado de 91,2%), ambas as situações com taxas de crescimento significativas das exportações portuguesas para Timor-Leste, entre 2009 e 2012, à semelhança da generalidade dos bens que ocupam as posições cimeiras. Excetuando os aparelhos telefónicos e de transmissão (classe 8517), os quadros e painéis (classe 8537) e os peixes congelados (classe 303), onde se regista uma quota de mercado entre 15% e 20%, as vendas de Portugal têm um peso igual ou inferior a 5% no mercado timorense.

O quadro seguinte identifica os tipos de bens que oferecem maiores oportunidades de aumento das exportações para o mercado timorense. A metodologia aplicada teve em consideração os bens importados por Timor-Leste a par dos critérios seguintes:

- valor de importação superior ao montante exportado por Portugal no mesmo bem, com definição de um limite mínimo de 900 mil euros;
- tendência de procura elevada entre 2009 e 2012;
- quotas de mercado de Portugal reduzidas.





Produtos com maiores oportunidades de exportação

Produtos (N.C.4)	Exportações de Portugal		% Total 2012	Importações de Timor-Leste do Mundo (b)		TCMA 2009-12	Quota de mercado de Portugal (%)	Oportunidade de mercado (b) - (a)
	Mundo	Timor-Leste(a)		2012 (EUR milhares)				
	2012 (EUR milhares)							
8517 Aparelhos telefónicos, p/redes sem fio, de transmissão ou recepção de voz, imagens	121 699	2 148	28,3%	11 648	47,9%	18,4%	9 499	
2202 Águas, incluídas as águas minerais e gaseificadas, adicionadas de açúcar, aromatizadas e out. bebidas não alcoólicas	100 600	29	0,4%	8 946	32,3%	0,3%	8 917	
7308 Construções e suas partes de ferro fundido, ferro ou aço (excepto produtos da posição 9406)	389 886	449	5,9%	8 432	98,7%	5,3%	7 982	
2203 Cervejas de malte	234 588	40	0,5%	5 986	724,8%	0,7%	5 946	
7616 Obras de alumínio, não especificadas nem compreendidas noutras posições	75 518	2	0,0%	4 998	150,2%	0,0%	4 997	
1905 Produtos de padaria, de pasteleria ou da indústria de bolachas e biscoitos	169 440	51	0,7%	4 584	29,8%	1,1%	4 533	
9403 Móveis e suas partes, excepto assentos e mobiliário para medicina, cirurgia, odontologia ou veterinária	525 630	9	0,1%	4 123	38,4%	0,2%	4 115	
1604 Preparações e conservas, de peixes; caviar e seus sucedâneos preparados a partir de ovas de peixe	182 180	79	1,0%	2 148	17,9%	3,7%	2 070	
1601 Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miudezas ou de sangue	74 317	104	1,4%	2 018	331,0%	5,2%	1 914	
8536 Aparelhos para interrupção, derivação, ligação ou conexão de circuitos eléctricos (potência inferior a 1000 volts)	286 843	68	0,9%	1 474	69,6%	4,6%	1 407	
8471 Máquinas automáticas para processamento de dados, leitores magnéticos ou ópticos	113 694	72	0,9%	1 451	20,9%	4,9%	1 379	
2106 Preparações alimentícias, não especificadas nem compreendidas noutras posições	38 629	14	0,2%	965	125,2%	1,5%	951	

Fonte: ITC, março 2014.

No conjunto de bens mais importados por Timor-Leste e com taxas de crescimento médio anual bastante expressivas, Portugal evidencia quotas de mercado equivalentes ou inferiores a 5%, excetuando os aparelhos telefónicos (classe 8517), não obstante apresentar volumes de exportação bastante superiores aos montantes adquiridos pelo mercado timorense no mundo.





4.2 Acordos bilaterais e de cooperação

No âmbito do relacionamento bilateral entre Portugal e Timor-Leste estão em vigor os Acordos e a Convenção a seguir referenciados:

- Acordo Quadro de Cooperação
 - * Aviso n.º 30/2004, DR n.º 82, Série I, de 6 de abril;
 - * Decreto do Presidente da República n.º 4/2004, DR n.º 10, Série I-A, de 13 de janeiro;
 - * Resolução da Assembleia da República n.º 5/2004, DR n.º 10, Série I-A, de 13 de janeiro.
- Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíprocas de Investimentos
 - * Aviso n.º 29/2004, DR n.º 82, Série I-A, de 6 de abril;
 - * Decreto n.º 20/2003, DR n.º 102, Série I-A, de 3 de maio.
- Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento³⁷,
 - * Decreto do Presidente da República n.º 139/2012, DR n.º 154, Série I, de 9 de agosto;
 - * Resolução da Assembleia da República n.º 112/2012, DR n.º 154, Série I, de 9 de agosto.

O Acordo Quadro de Cooperação define os princípios gerais que regem as relações entre Portugal e Timor-Leste. Estas relações desenvolvem-se à luz dos princípios e objetivos de desenvolvimento económico, social e cultural e do estreitamento das relações entre os dois países, tendo subjacente a participação na CPLP, entre outros.

O Acordo sobre a Promoção e a proteção recíprocas de Investimentos tem por objeto intensificar a cooperação económica bilateral e criar condições favoráveis para a realização de investimentos na base da igualdade e do benefício mútuos.

4.3 Presença da CGD em Timor-Leste

A primeira referência de um português a Timor data de 1514, numa carta do Navegador Rui de Brito ao rei D. Manuel I de Portugal. Os missionários portugueses desembarcaram na ilha, em 1556, converteram muitos residentes ao cristianismo e difundiram a língua portuguesa.

Quase um século depois, abriam as primeiras escolas elementares e um seminário. A ilha tinha então 60 reinos reunidos em duas confederações, denominadas por Baiquenos ou Servião (oeste) e Belos (leste), hoje conhecidas por Indonésia e Timor-Leste. Quando surgiu a procura de escravos na ilha, os povos e reis cristianizados colocaram-se sob proteção do rei de Portugal e Timor passou a ser um protetorado português. Em 1703 chegou ao território o primeiro governador nomeado por Portugal³⁸.

O Banco Nacional Ultramarino (BNU) foi criado por Carta Régia de Dom Luís I, de 16 de maio de 1864, com o objetivo de se implementar em todos os locais do longínquo império colonial português, cabendo-lhe a missão de ajudar ao desenvolvimento da economia dos territórios. (...)

A agência do BNU em Díli abriu em abril de 1912, uma década depois da assinatura do contrato assinado entre o Banco e o Estado Português. Manarte enfatiza que o principal problema do Banco era acabar com a dualidade de moeda existente no território – pataca e florim. A escrita inicial da agência foi feita em Patacas e as notas eram carimbadas com os dizeres: “Pagável em Díli Timor”.



BNU_1ª sede_1912

³⁷ Não foi publicado Aviso de entrada em vigor

³⁸ CGD – Gabinete do Património Histórico, in “No início foi assim Timor!” de Filomena Rosa, outubro de 2011





Em meados de 1975, por força da eclosão da guerra civil em Timor Leste, o BNU encerrou portas. Em janeiro de 1976 por ordem do Governo Transitório de Timor-Leste, instalado pela Indonésia, o banco reabriu mas não chegou a funcionar porque, pelo Decreto-lei n.º 9/76 de 11 de março, foi transformado em Banco *Daerah* que seria instalado em maio de 1979.



BNU_1999

Em setembro de 1999, com a libertação de Timor-Leste, o BNU foi convidado a restabelecer o pagamento das pensões aos pensionistas timorenses.

Além de pagamento de pensões, o banco prestava serviços bancários de compra e venda das principais moedas, além de transferências internacionais e captação de depósitos.



BNU_Sede actual_1969; CGD_2014

A Licença de Operação Bancária foi atribuída em dezembro de 2000 ao abrigo dos regulamentos da Administração Transitória das Nações Unidas, tomando-se a Sucursal na primeira entidade bancária licenciada em Timor, após o referendo de 30 de agosto de 1999.

Em julho de 2001 deu-se a fusão por incorporação do património do Banco Nacional Ultramarino na Caixa Geral de Depósitos. Apesar da designação oficial de Caixa Geral de Depósitos, SA – Sucursal de Timor, a marca comercial de BNU – Timor foi mantida por forma a reconciliar e aprofundar a relação dos timorenses com a banca portuguesa.

Atualmente a Sucursal da CGD em Timor (BNU) está presente em dez capitais de distrito. É intenção do Grupo expandir a rede comercial de modo a assegurar a cobertura de todo o território.

Recentemente, o Grupo CGD levou a cabo um projeto de inovação dos meios e canais eletrónicos, que permite uma oferta nova de produtos e serviços, nomeadamente a emissão de cartões VISA, de débito e crédito, e serviços de Internet Banking, Mobile Banking e Rede LOOS 24h³⁹. Foi também aumentado o número de Caixas Automáticas/ATM para 15, e de TPA/POS para 54 equipamentos.

No âmbito da cooperação com as autoridades de Timor-Leste, foi instalada a Mediateca da CGD no Edifício Sede da Sucursal, em Díli, em julho de 2001, na sequência de um protocolo celebrado com o IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento; em 2012 foi transferida para um dos pólos da Universidade Nacional de Timor Lorosae (UNTL), localizado em Caicoli, Díli, incluindo espaços de leitura, com informação técnica especializada, multimédia e audiovisual.



Mediateca da Caixa Geral de Depósitos em Díli



39 Rede de meios de pagamento/multibanco inexistente até à data





Perspetivas do setor financeiro

Timor-Leste vive um novo ciclo em linha com os desígnios que o Plano Estratégico de Desenvolvimento estabelece para o território. Neste âmbito foi lançado um concurso internacional para o desenvolvimento da sua estrutura tecnológica, visando a informatização do sistema de transações/transferências/pagamentos.

Destaca-se também a recente adjudicação de um grande projeto estruturante de “Criação do Registo Cadastral Imobiliário”, com o objetivo de identificar parcelas e propriedades do território e proceder à atribuição formal de títulos de propriedade. A criação do Registo Cadastral Imobiliário é da maior importância para o sistema bancário, na medida em que vai permitir a utilização dos títulos de propriedade como garantias reais subjacentes à concessão de crédito. Salvo melhor informação, este projeto conta com um consórcio luso-timorense para a sua execução.

O enquadramento jurídico criou condições para o normal funcionamento das instituições, com a publicação dos principais diplomas legais referidos no ponto **3.2 Condições legais para a internacionalização**. Há outros diplomas em estudo, de grande interesse, como é o caso da lei da propriedade da terra já atrás referida.

Com a transformação do Instituto de Micro Finanças (IMFTL) em Banco Nacional Comercial de Timor-Leste (BNCTL), detido integralmente por capitais do Estado Timorense, prevê-se uma maior concorrência no setor bancário. Também estão em atividade duas companhias de seguros, que operam em alguns riscos do ramo real: a NITL – *National Insurance* Timor-Leste, com capitais de Singapura e Canadá, e a *Sinarmas Insurance*, seguradora indonésia que funciona como Banco (*Bank assurance*).

No âmbito do Plano Diretor para o Setor Financeiro, o Banco Central de Timor Leste definiu objetivos no sentido de implementar, faseadamente, entre 2014 e 2025, um conjunto de medidas para reforçar a bancarização do país e a inclusão financeira, desenvolver os meios de pagamento e reduzir a circulação de moeda e aumentar a capacidade de prestação de garantias reais sobre empréstimos. Por outro lado, pretende melhorar a supervisão prudencial, introduzir um sistema de garantia de depósitos e um sistema de compensação interbancária, além de outras formas de colaboração entre as instituições.

4.4 Oportunidades de desenvolvimento de negócio

“O setor privado, conjugado com o investimento estrangeiro e parcerias com o Governo, é o impulsionador da criação de postos de trabalho. Consequentemente as fragilidades do setor privado são um desafio final”⁴⁰.

A estratégia do governo, explicitada no Plano Estratégico de Desenvolvimento, aponta para a promoção da abertura da economia à iniciativa privada, para que o investimento de empresas e particulares suplante as despesas públicas na dinamização do crescimento económico. Como já foi referido, o objetivo é múltiplo e visa aumentar o nível de produto interno não petrolífero, criar emprego e melhorar os rendimentos das pessoas.

Seguindo esta estratégia o PED explicita várias ações das quais se indicam algumas:

- Criar infraestruturas de base de suporte ao desenvolvimento da economia;
- Desenvolver uma base industrial apoiada no setor do petróleo e gás e na indústria petroquímica;
- Promover a auto-suficiência alimentar incentivando a atividade agrícola de pequenos proprietários, para reduzir a pobreza e melhorar o emprego;
- Melhorar a instrução e a qualificação da mão-de-obra;

40 Ver Ágio Pereira, Ministro da Presidência do Conselho de Ministros de Timor-Leste in Tempo Semanal – edição on-line de 24-3-2014





- Promover o emprego e a criação de pequenas e microempresas sustentáveis de processamento de alimentos, indústria de confeção, artesanato e fabrico de móveis;
- Incentivar a indústria de turismo e hotelaria, com empresas locais e mão-de-obra especializada;
- Impulsionar o setor de serviços – saúde, educação, comércio, lazer e administração pública;
- Expandir o setor financeiro.

Implementar as ações enunciadas exige criatividade por parte dos agentes envolvidos, públicos e privados.

Os condicionalismos nas infraestruturas básicas, na falta de auto-suficiência alimentar e na formação dos recursos humanos inibem o setor privado que se encontra num estado inicial de desenvolvimento.

A análise das oportunidades de investimento que o país apresenta deve englobar as restrições seguintes:

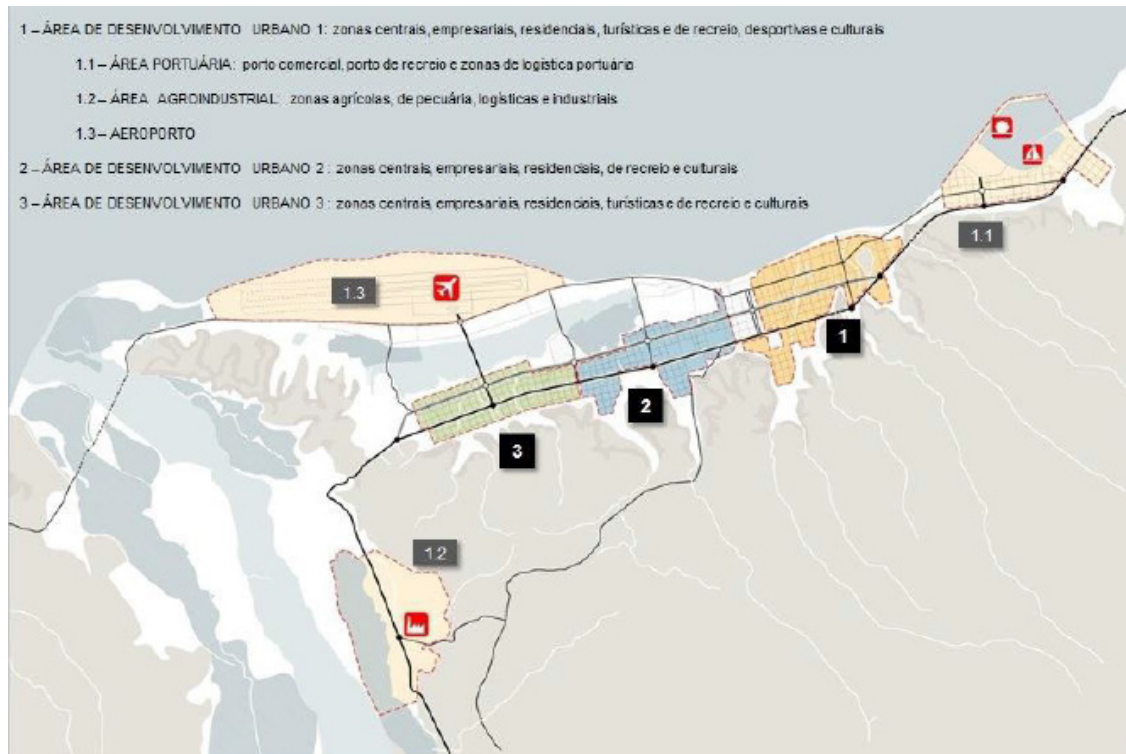
- Cerca de uma em cada duas pessoas vive abaixo do limiar de pobreza – a vida de muitas famílias é melhorada por subsídios modestos e apoios em géneros aos cidadãos mais vulneráveis;
- Os recursos humanos com especialização técnica são escassos, nomeadamente de empreiteiros qualificados, o que constitui um risco para a pontualidade e qualidade das obras;
- As infraestruturas têm pouca qualidade e podem dificultar o desenvolvimento de negócios, aumentar o custo dos materiais e limitar o acesso ao mercado, como é o caso das estradas mal conservadas, dos aeroportos com baixa capacidade de passageiros e de carga ou da lentidão das operações dos portos;
- Em alguns distritos o saneamento básico e o abastecimento de água ainda estão em fase embrionária;
- Os direitos de propriedade e uso da terra têm de ser abordados e tratados com algum cuidado.

Zona de Economia Social de Mercado

O projeto da Zona de Economia Social de Mercado (ZEESM-TL) a implantar em Timor-Leste é promovido pela Fundação Lusitânia para o Desenvolvimento Universitário e Empresarial (FLD). Esta Fundação está sediada em Portugal e tem a missão de liderar iniciativas para produzir riqueza e combater a pobreza.

A operação de investimento na região de Oecussi visa construir um centro urbano com infraestruturas a construir: porto de mar, porto de recreio, aeroporto internacional e estruturas de saúde e educação. O núcleo habitacional previsto engloba a construção de escritórios e habitação para cerca de 11 mil pessoas.





Oecussi - Projeto da Zona de Economia Social de Mercado.

Fonte: Crowe Horwath Consulting, 2013.

O investimento total foi estimado em 2.578 milhões de euros para um conjunto de três fases, num total de 10 anos. O projeto pode trazer benefícios para o emprego e a criação de riqueza.

As perspetivas do país apontam para a manutenção dos níveis atuais de crescimento, muito expressivos, em torno de 8%, estando Timor-Leste enquadrado numa zona geográfica com elevados níveis de crescimento económico. No quadro seguinte figuram as áreas críticas de investimento com exemplos de algumas oportunidades de negócio.

Potencialidades de negócio bilateral

Áreas Económicas	Oportunidades de Negócio
Agricultura	Projetos de barragens, culturas alimentares, café e baunilha
Água e Saneamento	Saneamento básico e sistemas de drenagem nas áreas urbanas
Ambiente	Aproveitamento dos recursos naturais na ótica do turismo sustentável
Educação e Formação	Construção/recuperação de escolas e fomento do ensino do português
Habitação e Construção	Construção para habitação e materiais de construção
Infraestruturas	Reabilitação e construção de estradas, portos e aeroporto de Dili e Suai
Saúde	Prestação de serviços de saúde por privados
Turismo	Criação de infraestruturas de turismo

Até 2030 esperam-se resultados na erradicação da pobreza extrema e no desenvolvimento de um setor privado forte, capaz de diversificar a agricultura e desenvolvimento rural e o turismo para construir uma economia não petrolífera sustentável.





Melhorar a saúde e a escolaridade das pessoas é da maior importância para a sociedade timorense cumprir a aspiração de se juntar ao grupo dos países vizinhos de rendimento médio-superior, como é seu designio. Faltam dezasseis anos até 2030.

Banco Asiático de Desenvolvimento vai financiar novo porto de Díli, Timor-Leste

Negócios 05/09/13

No início de agosto, o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) juntou um novo projeto ao seu leque de iniciativas em Timor-Leste. Trata-se do novo porto internacional de Díli que assim passa a ser cada vez mais uma realidade.

Informações locais, citadas pela Cargo News, asseguram que o estudo de viabilidade do projeto deverá ser já realizado este ano e que o banco alocou 10 milhões de dólares (7,58 milhões de euros) de recursos próprios e 330 milhões de dólares (250,3 milhões de euros) em cofinanciamento para financiar as atividades de construção, que se espera venham a ter início em 2015. Os projetos do BAD em Timor-Leste têm um montante total de 470 milhões de dólares (356,5 milhões de euros), incluindo projetos rodoviários, entre outras iniciativas

Empresas da Austrália vão construir fábrica de cimento em Timor-Leste

11/03/2014 Fonte:macauhub



A cidade de Baucau, a segunda maior de Timor-Leste, foi o lugar selecionado para a construção de uma fábrica de cimento devido à abundância de calcário na região, anunciou o governo timorense.

A fábrica, que terá uma produção inicial de 1,5 milhões de toneladas/ano, 30% dos quais para consumo doméstico e os restantes 70% para exportação para a região norte da Austrália, vai exigir um investimento de 500 milhões de dólares, a serem garantidos pelas empresas BGC e Swan Energy, ambas com sede em Perth.

A construção da fábrica iniciar-se-á em Janeiro de 2015, sendo que os depósitos de calcários existentes na região de Baucau deverão garantir o abastecimento de matéria-prima durante 100 anos.

A cerimónia de lançamento da primeira pedra teve lugar na passada semana, com a presença do ministro do Petróleo e Recursos Minerais, Alfredo Pires.⁴¹

41 Ver notícia em : <http://timor-leste.gov.tl/?p=9779> e em <http://www.macauhub.com.mo/pt/2014/03/11/empresas-da-australia-vao-construir-fabrica-de-cimento-em-timor-leste/>.





CONCLUSÕES

Timor-Leste é um dos mais jovens países do mundo: o sentido de autodeterminação dos timorenses levou-os a conquistar a independência, em 20 de maio de 2002, após mais de 400 anos de colonização e 24 anos de ocupação. Após a independência, Timor-Leste herdou a tarefa árdua de reconstruir o país. A ocupação e os conflitos posteriores deixaram um rasto de destruição: 95% das escolas e 80% dos centros de saúde arrasadas, 75% dos habitantes deslocados da zona de residência e muitas pessoas qualificadas a terem saído do território.

Os desafios que o país enfrenta são enormes: muitos cidadãos vivem em situações de pobreza, sem condições de habitação, cuidados de saúde, nutrição, educação, água potável e saneamento adequado ou infraestruturas de base, incluindo estradas e outros meios de comunicação. Três quartos da população timorense residem nas áreas rurais e dependem de algum tipo de atividade agrícola para a sua sobrevivência. O desenvolvimento rural e da agricultura podem reduzir a pobreza e melhorar a segurança alimentar nacional.

Embora a violência interna de 2006/07 tenha sido preocupante, o governo eleito em 2007 focou-se na criação de uma coligação inclusiva, preocupada com a estabilidade e a confiança na capacidade do Estado responder às necessidades dos habitantes: o país soube ultrapassar uma crise interna e a instabilidade política e tem conquistado credibilidade internacional. Em 2012 realizaram-se eleições — em março/maio as presidenciais e, em junho, as legislativas. A transição para o novo governo foi pacífica e a Missão Integrada das Nações Unidas para Timor-Leste completou o mandato e retirou-se do território em dezembro de 2012. As políticas sociais e económicas do país — consubstanciadas em Planos — têm incidido no alívio da pobreza e na consolidação da segurança e estabilidade, por via do estabelecimento das instituições do Estado. Tal foi o caso do Plano Desenvolvimento Nacional, as Prioridades Nacionais e os Planos de Ação Anual, em vigor até 2010.

Durante a primeira fase de independência Timor-Leste realizou um esforço de desenvolvimento generalizado, com o apoio da Organização das Nações Unidas e em cooperação com outras Instituições Internacionais e países amigos. O objetivo principal tem sido a melhoria das condições de vida da população e a estabilização e amadurecimento do sistema político.

A exploração do petróleo em Timor-Leste é fundamental para financiar o desenvolvimento.

O Fundo Petrolífero guarda a “riqueza do Petróleo” e contribui para o orçamento do Estado com a reserva de garantir a equidade inter-geracional no usufruto das receitas. Este Fundo foi constituído em 2005, à semelhança da experiência da Noruega, e cumpre totalmente a Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas. Durante a recente crise financeira global o Fundo Petrolífero foi um dos Fundos Soberanos de Riqueza com melhor desempenho do mundo.

Na facilidade em fazer negócios Timor-Leste ocupa a 172.^a posição, em 189 países, no ranking *Doing Business* do Banco Mundial. Verifica-se uma evolução positiva, desde 2006, na abertura de empresas, na obtenção de crédito e no pagamento de impostos. As áreas com maiores fragilidades são a obtenção de alvarás de construção, a proteção dos investidores e a obtenção de eletricidade. O Fórum Económico Mundial classifica a economia timorense na posição 138.^o, entre 148 economias, devido à insuficiência de infraestruturas e dificuldades múltiplas que subsistem no meio empresarial.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (PED), aprovado pelo Parlamento e lançado em 2011, visa aumentar o produto interno não petrolífero, criar empregos e melhorar o rendimento dos timorenses, nas próximas décadas, para o país vir a fazer parte do grupo de países de rendimento médio-superior a que pertencem os vizinhos — Indonésia, Malásia e Tailândia. O PED contempla um conjunto de políticas e projetos para desenvolver o território, a partir dos recursos que o país possui: população jovem, receitas substanciais de petróleo e gás, e potencialidades para o turismo que valorizem a beleza natural, cultura e património.

A estratégia a implementar nas próximas décadas para elevar o patamar de desenvolvimento do país está suportada por metas e objetivos intermédios, em torno de quatro pilares: *Capital Social, Desenvolvimento de Infraestruturas, Desenvolvimento Económico e Enquadramento Institucional*.





- i. Capital Social – abrange a educação e formação, saúde, inclusão social, ambiente, cultura e património para melhorar o desenvolvimento humano e criar uma força de trabalho adaptada ao mercado; engloba a proteção dos mais vulneráveis, o desenvolvimento sustentável do ambiente e a salvaguarda da cultura e do património;
- ii. Desenvolvimento de Infraestruturas – inclui a reparação e construção de estradas e pontes, água e saneamento, eletricidade, portos marítimos, aeroporto e telecomunicações, capazes de reduzir os custos de transação, atrair o investimento privado e facilitar o acesso a serviços;
- iii. Desenvolvimento Económico – a incidir na agricultura e no desenvolvimento rural, petróleo, turismo e setor privado, para dinamizar o emprego e o crescimento do produto não petrolífero;
- iv. Enquadramento Institucional – engloba os setores atribuídos ao Estado (segurança, defesa, negócios estrangeiros, justiça) e a governação do setor público, num contexto transversal aos três pilares citados, que podem beneficiar da reorganização das instituições e da boa gestão das finanças públicas.

O investimento em Timor-Leste está em marcha e segue o plano de desenvolvimento de infraestruturas, nas áreas de construção de estradas, pontes, habitação, parques eólicos, aeroportos, portos, saúde, educação e outros. O enquadramento legal, com os ajustamentos recentes, potencia a promoção dos negócios, designadamente, o Código Civil (Lei 10/2011), a Lei do Investimento (Lei 14/2011) e o Código Laboral (Regulamento UNTAET n.º 2002/05).

Os incentivos e benefícios ao investimento privado, local e estrangeiro, estão contidos na Lei 14/2011, em matérias diversificadas: Zonas Especiais, Zonas Francas e Direitos e Garantias.

O Regime Especial para a Definição da Titularidade de Bens Imóveis (Lei das Terras) veda a propriedade plena a cidadãos estrangeiros mas permite contrato de arrendamento com o Estado timorense. Foram criados alguns serviços específicos de apoio ao desenvolvimento da iniciativa privada, como é o caso da Agência Especializada de Investimento (*TradeInvest* Timor-Leste), do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial e do Serviço de Registo e Verificação Empresarial.

Timor-Leste continua a ser a segunda economia mais dependente do petróleo no mundo e as reservas conhecidas são limitadas pelo que o país tem de diversificar a economia para setores produtivos não petrolíferos – agricultura e desenvolvimento rural, turismo, têxteis e outras atividades. Surgem na imprensa timorense e internacional alguns anúncios de contratos de grandes projetos a iniciar em 2015: uma fábrica de cimento a construir em Baucau, com produção destinada ao consumo doméstico e a exportar para a Austrália, e o novo porto internacional de Díli com financiamento do Banco Asiático de Desenvolvimento.

As oportunidades de negócio em Timor-Leste são diversificadas mas a posição do país no *ranking* dos parceiros portugueses é pouco expressiva. A balança comercial é historicamente favorável a Portugal e as exportações concentram-se nas classes de produtos: máquinas e aparelhos elétricos, livros e jornais, bebidas alcoólicas e obras de ferro ou aço. No grupo de bens mais importados por Timor-Leste e com tendência de procura elevada, Portugal evidencia quotas de mercado reduzidas.

O turismo beneficia de atrativos potenciais – beleza natural, história e património cultural – ainda por explorar devido à escassez de infraestruturas básicas e transportes terrestres, aéreos e marítimos.

Timor-Leste e ilhas adjacentes localizam-se num dos 34 pontos de biodiversidade do mundo, com interesse para um turismo de qualidade, apostado na preservação e observação da natureza. O turismo ecológico encontra atrativos no *Parque Nacional Nino Konis Santana*, na ilha de *Jaco* e nas belezas da *ilha de Ataúro* (corais e *bird watching*) ou nas termas de Marobo após a sua recuperação. O turismo religioso beneficia da mostra dos locais e objetos Lulik e das peregrinações religiosas (santuário de Nossa Senhora de Aitara). Acresce a visita a uma das regiões mais ricas do Sudeste Asiático insular em pinturas rupestres e a locais emblemáticos da luta pela independência do país.

No futuro próximo prevê-se o crescimento da economia timorense, perto de 8%. O país é um destino atrativo para investidores de diferentes origens e sectores de atividade, com oportunidades de negócio diversificadas, perto dos mercados de Singapura, Malásia, Tailândia, Indonésia e Austrália.





CONTACTOS

Em Timor-Leste

Embaixada de Portugal em Dili

Avenida Presidente Nicolau Lobato
Edifício A.C.A.I.T.
Dili – Timor-Leste
Tel.: (+670) 331 2531 | Fax: (+670) 331 2526
E-mail: embaixador@embaixadaportugal.tl
<http://www.secomunidades.pt/web/dili>

Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Edifício GPA 1 – r/c
Avenida Presidente Nicolau Lobato
PO Box 6
Dili – Timor-Leste
Tel.: (+670) 333 9600/10/25 | Fax: (+670) 333 9025
<http://www.mfac.gov.tp>

Ministério das Finanças

Edifício 5, Palácio do Governo
Dili – Timor-Leste
Tel.: (+670) 333 9646
E-mail: info@mof.gov.tl | <http://www.mof.gov.tl>

Ministério do Turismo Comércio e Indústria (MTCI)

Rua Dom Aleixo Corte Real
Edifício Fomento Mandarin
Dili – Timor-Leste
Tel.: (+670) 333 1202
E-mail: gab@mtci-timorleste.com | www.mtci-timorleste.com

Sucursal da Caixa Geral de Depósitos em Timor-Leste

Av. Presidente Nicolau Lobato nos 12/13
Dili – Timor-Leste
Fax: (+670) 331 2922
E-mail: cgd.timor@cgd.pt | <https://www.cgd.pt/Corporativo/Rede-CGD/Rede-Internacional/Pages/Timor-Leste.aspx>





Em Portugal

Embaixada de Timor-Leste em Lisboa

Largo dos Jerónimos, N.º 3, 1.º Andar
Santa Maria de Belém
1400-209 Lisboa – Portugal
Tel.: (+351) 213 933 730 | Fax: (+351) 213 933 739
E-mail: embaixada.rdtl@mail.telepac.pt

Autoridade Tributária e Aduaneira

Rua da Alfândega, n.º 5, r/c
1149-006 Lisboa – Portugal
Tel.: (+351) 21 881 37 00 | Linha Azul: (+351) 21 881 38 18
E-mail: at@at.gov.pt / dgaiec@dgaiec.min-financas.pt
<https://www.e-financas.gov.pt/de/jsp-dgaiec/main.jsp>

aicep Portugal Global

Rua Júlio Dinis, 748 9.º Dto.
4050-012 Porto – Portugal
Tel.: +351 226 055 300 | Fax: +351 226 055 399
E-mail: aicep@portugalglobal.pt
<http://www.portugalglobal.pt>

aicep Portugal Global

Av. 5 de Outubro, 101
1050-051 Lisboa – Portugal
Tel.: +351 217 909 500
E-mail: aicep@portugalglobal.pt
<http://www.portugalglobal.pt>





BIBLIOGRAFIA

- Banco Central de Timor-Leste, *Timor-Leste Financial Sector Development Master Plan*, 2013.
- Banco de Portugal, *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste*, 2013
- Banco Mundial, *Country partnership strategy for the Democratic Republic of Timor-Leste for the period FY 2013 – FY 2017*, 2013.
- Banco Mundial, *Doing Business Report*, 2013.
- Caixa Geral de Depósitos, Gabinete Património Histórico, “*A Importância dos Tais na Cultura Timorense*”, Célia Moutinho, 2012.
- Caixa Geral de Depósitos, *Timor-Leste no Caminho para o Desenvolvimento*, 2003.
- Crowe Horwath, *Estudo de Valor dos Projetos Promovidos pela Fundação Lusitânia*, 2013.
- Direção Geral de Estatística Timor-Leste, *Censo 2010*
- Direção Geral de Estatística Timor-Leste, *Timor-Leste em Números*, 2012
- Fórum Económico Mundial, *The Global Competitiveness Report 2013-2014*.
- Fundo Monetário Internacional, *Country Report No.13/338, December 2013*
- Fundo Monetário Internacional, *World Economic Outlook, April 2014*
- Governo de Timor-Leste, *Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030*, 2011
- Organização das Nações Unidas, *Millennium Development Goals database, World Development Indicators database*, 2013
- Organização das Nações Unidas, *Human Development Index 2013*
- Costa, C., Brandão, F., Costa, R. & Breda, Z., *Turismo nos Países Lusófonos: Conhecimento, Estratégia e Territórios*, Escolar Editora, 2014.
- Vong, M., Valle, P. O., Silva, J. A. , *Turismo em Timor-Leste: Presente e Futuro*, in *Turismo nos Países Lusófonos: Conhecimento, Estratégia e Territórios*, Voll, Escolar Editora, 2014.

Sites

<http://www.adb.org>

<http://www.bportugal.pt>

http://www.dfat.gov.au/treaties/timor_sea_treaty_joint_petroleum_development_area.html

<http://www.dne.mof.gov.tl>

<http://www.ine.pt>

<http://www.intracen.org>

<http://www.jornal.gov.tl/public/docs>

<http://www.macauhub.com>

<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/nova-especie-de-peixe-descoberta-em-timorleste-1616176> (revistas National Geographic e Zootaxa).

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/bienal/bienal13.htm>





TIMOR LESTE

OPORTUNIDADES E POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

AUTORIA

O presente trabalho foi elaborado por uma equipa da Direção Internacional de Negócio e da Direção de Gestão Corporativa da Caixa Geral de Depósitos.

AGRADECIMENTOS

Agradecem-se as informações fornecidas pela Embaixada de Timor-Leste em Portugal e pela Sucursal da CGD em Timor-Leste (BNU-Timor), assim como por outras entidades.

Os conteúdos apresentados têm carácter meramente informativo, não constituindo, independentemente da forma que revistam, conselhos ou recomendações de contratação ou de investimento. A informação disponibilizada destina-se exclusivamente a divulgação no âmbito da Conferência Internacionalização das Economias, promovida pela AICEP, não podendo ser utilizada por terceiros para outros fins, nomeadamente para fins comerciais. Porém, a CGD poderá produzi-la ou adaptá-la para outras iniciativas e outras finalidades. A informação apresentada é baseada em fontes consideradas fiáveis, desenvolvendo a CGD os melhores esforços no sentido de assegurar o seu rigor, embora não garantindo a sua atualização e exatidão. A eventual referencia a nomes de entidades privadas ou institucionais, que podem ser marcas registadas dessas entidades, não significa qualquer associação, direta ou indireta, entre a CGD e as referidas entidades ou marcas. A CGD não se responsabiliza por quaisquer prejuízos ou danos materiais ou pessoais que possam advir direta ou indiretamente da utilização da informação disponibilizada, sendo o utilizador o único e exclusivo responsável por todas as decisões tomadas com base nessa informação.





PRESENTE EM 23 PAÍSES.

O Grupo Caixa Geral de Depósitos está fortemente empenhado no apoio à internacionalização das empresas, nas vertentes de comércio externo e investimento.

Através das unidades Caixa Empresas obtenha aconselhamento especializado em negócio internacional, em articulação com os bancos do Grupo, nomeadamente nos países lusófonos.

HÁ UM BANCO QUE ESTÁ A AJUDAR A DAR A VOLTA.
A CAIXA. COM CERTEZA.

